

**FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**RELATÓRIO**

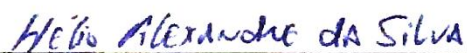
**Processo:** 2020/06208-6

**Vigência:** 01/09/2020 a 31/08/2021

**RELIGIÃO, POLÍTICA E RETÓRICA: CONTORNOS DA RELAÇÃO  
ENTRE FÉ E RAZÃO NO ESTADO CIVIL DE THOMAS HOBBS**



**Orientando:** Vinícius Antonio Ramos Zecca



**Orientador:** Profº Dr. Hélio Alexandre da Silva

## Sumário

Introdução .....	5
1. Skinner e a opção retórica de Hobbes no <i>Leviatã</i> .....	6
1.1 Da Retórica humanista ao Cientificismo .....	6
1.2 A rejeição e os ataques à retórica.....	9
1.3 A reconsideração da Retórica e a Verdadeira Ciência .....	15
2. Contornos do Estado e da obediência civil.....	22
2.1. Do Estado de Natureza ao Pacto .....	22
2.2. Dos Direitos do Soberano e a Moral dos súditos .....	27
2.3. Obediência civil e a dinâmica de poderes.....	30
Conclusão Parcial .....	34
Introdução Final .....	37
3. Retórica religiosa e dualidade estatal .....	39
3.1 A República Cristã como entidade.....	39
3.2 Hierarquia entre Estado e Igreja .....	45
4. Razão e fé como tradução da relação entre política e religião .....	52
4.1 Obediência civil e o discurso religioso .....	52
4.2 Os termos que definem a Fé.....	56
Conclusão Final.....	59
Bibliografia .....	64

### **Objetivo geral:**

a) Essa pesquisa pretende, através da análise do *Leviatã* e da investigação dos contornos mais elementares das relações entre razão e retórica (fé), Estado e Igreja, religião e política compreender qual o papel de duas expressões presentes no Cap. XXXII, a saber, “cativeiro do entendimento” e “pílulas salutares”.

### **Objetivos específicos:**

Orientado pelo objetivo geral que guia esse projeto pretendemos:

1. Compreender como Skinner apresenta o papel da retórica de Hobbes no *Leviatã* (para tanto será preciso investigar a Segunda parte do texto de Skinner “Hobbes e a ideia de uma ciência civil” com atenção especial para os capítulos VII “A rejeição hobbesiana da eloquência” e IX “A reconsideração hobbesiana da eloquência”);
2. Explicitar os contornos do Estado e da obediência civil (aqui o ponto de partida será a segunda parte do *Leviatã*, em especial o capítulo XVIII “Dos Direitos dos Soberanos por Instituição”);
3. Investigar o modo com que Hobbes lida com a questão religiosa no interior do Estado soberano (serão os pontos de partida desse momento da pesquisa o capítulo XII “Da religião”, a terceira parte do *Leviatã* “Da República Cristã”, com especial atenção para o capítulo XXXII “Dos Princípios da Política Cristã”, e o capítulo XLIV “Da Má Interpretação das Escrituras”);
4. Considerar a noção de “pílulas salutares” e de “cativeiro do entendimento” como princípios articuladores capazes de oferecer uma síntese explicativa para a pergunta inicial que guia esse projeto. (Aqui o foco se mantém no capítulo XXXII “Dos Princípios da Política Cristã”, porém com o intuito de testar a hipótese dos princípios articuladores. Além do destaque aos capítulos XXXV “Do significado de Reino de Deus, Santo, Sagrado e Sacramento nas Escrituras” e do capítulo XXXVI “Da palavra de Deus e dos Profetas”.

**Cronograma:**

Cada um dos momentos do cronograma de execução apresentados a seguir será finalizado com uma reunião entre orientando e orientador.

A) - Realizar, nos primeiros três meses, os objetivos apresentados em 1.

B) - Realizar, nos três meses subsequentes, os objetivos apresentados em 2 e relatório parcial.

C) - Realizar, entre o sétimo e o nono mês, o objetivo apresentado em 3.

D) - Realizar, nos últimos três meses, o objetivo apresentado em 4 e relatório final.

**Congressos Apresentados:**

XXXII Congresso de Iniciação Científica da Unesp

VII Congresso Internacional Hobbes, realizado pelo GT Hobbes Associação Nacional de Pós Graduação em Filosofia.

## **Introdução**

O *Leviatã* (1651) de Thomas Hobbes (1588 – 1679) é amplamente estudado em diversas áreas por sua influência na filosofia política e na ciência política. Seu escopo entra em áreas como Relações Internacionais, ética e moral. O que este trabalho propõe-se a fazer é entender a filosofia hobbesiana pautada na obediência civil e nos usos da retórica, relacionando-a à religião posteriormente com objetivo de compreender a relação entre a política e a religião. Para que isso seja possível, a pesquisa, neste momento, recorre ao historiador inglês, Quentin Skinner (1940 -) em sua obra *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1996), com a intenção de aprofundar o entendimento da retórica dentro da filosofia de Hobbes e como é o desenvolvimento do autor perpassando o humanismo e o cientificismo. Em seguida, o trabalho adentra no pacto de Hobbes, utilizando principalmente os capítulos \_X “Do Poder, Valor, Dignidade, Honra e Merecimento” e XVIII “Dos Direitos dos Soberanos por Instituição” do *Leviatã*, para definir especificamente o que ele chama de “estado de natureza” e a passagem para o “estado civil”, dando enfoque ao aspecto da obediência civil, dos deveres e da Soberania. Tudo converge na intenção de mostrar os contornos da retórica na obra e sua relação com a obediência civil dentro do Estado Soberano.

## 1. Skinner e a opção retórica de Hobbes no *Leviatã*

### 1.1 Da Retórica humanista ao Cientificismo

O historiador britânico Quentin Skinner interpreta o movimento do pensamento de Thomas Hobbes de forma biográfica, porém também apresentando debates dentro da filosofia do autor na obra *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. Faz com uma argumentação específica de pano de fundo, a retórica contra a razão, dessa forma, seus escritos encaixam-se com o debate proposto por este trabalho e complementam a interpretação do filósofo britânico.

É importante primeiramente fazer um panorama geral de como Hobbes estava inserido dentre os pensadores de sua época. Skinner apresenta a participação do filósofo em descobertas e debates científicos relevantes. Em *De Corpore* fez uma dedicatória para William Harvey por sua admiração após ler descobertas em torno de circulação sanguínea, participou também de escritos de Thomas White com críticas e comentários a trabalhos sobre o magnetismo terrestre de William Gilbert. Todavia, o mais repercutido de seus embates foi ao contrariar e afirmar ter refutado a *Arithmetica Infinitorum* de John Wallis em uma publicação de 1656, intitulada, *Seis Lições*.<sup>1</sup>

O resultado dessa participação foi ser visto como um dos mais polêmicos escritores da revolução científica na Inglaterra. Este título vinha com a adição de que não era apenas um participante do debate, mas sim um indivíduo cujo intelecto foi formado a partir da própria revolução científica.<sup>2</sup> Hobbes era visto como um produto vivo dos ideais cientificistas, Sorell representa a ideia no início de seus estudos:

---

<sup>1</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 294

<sup>2</sup> Ibid. p. 294

As ideias filosóficas de Thomas Hobbes foram formadas por duas grandes convulsões do século XVII. Uma era local, política, perigosa e, como Hobbes acreditava, profundamente irracional. Esta foi a Guerra Civil Inglesa. A outra foi em grande parte continental, beneficiou as pessoas de maneiras óbvias, mostrou o que a razão poderia realizar quando devidamente orientada e aplicada. Essa foi a revolução nas idéias científicas que Hobbes pensava ter sido iniciada por Galileu. Principalmente com base nos escritos ocasionados pela primeira turbulência, Hobbes reivindicou ter contribuído com algo importante para a segunda (SORELL, 2000, p. 1)<sup>3</sup>.

Entretanto, Skinner não concorda totalmente com Hobbes ter sido formado pela revolução científica, o intérprete da obra hobbesiana acredita mais que o humanismo retórico tenha sido sua influência inicial. Essa afirmação é baseada na observação de trabalhos anteriores a *Do Cidadão* (1642) e na escolha de sua carreira como tutor, comum entre humanistas. Skinner admite que trabalhos de outros autores, como Leo Strauss (1899 – 1973), já apontam essa observação e passa por fatos da vida de tutor do inglês, principalmente para os Cavendish, sendo em um momento secretário de Francis Bacon (1561 – 1626).

Skinner, quando trata da história da vida profissional de Hobbes, explica que antes mesmo do *Leviatã*, no início da guerra civil inglesa, ele já demonstrava claramente sua preferência pela causa monárquica e antipatia a parlamentos<sup>4</sup>. No subcapítulo “Estudos humanistas de Hobbes” o historiador expõe principalmente o interesse por Aristóteles

---

<sup>3</sup> “Thomas Hobbes's philosophical ideas were formed by two great upheavals of the 17th century. One was local, political, dangerous, and as Hobbes believed, deeply irrational. This was the English Civil War. The other was largely Continental, benefited people in obvious ways, showed what reason could accomplish when properly guided and applied. This was the upheaval in scientific ideas that Hobbes thought had been started by Galileo. Mainly on the strength of writings occasioned by the first upheaval Hobbes claimed to have contributed something important to the second.” SORELL, Tom. *Hobbes: The arguments of the Philosophers*. Routledge, 2000, p. 1

<sup>4</sup>SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 308

com a *Retórica*, por Cícero com *Sobre o Orador* (46 a.C.) e Quintiliano com *Institutos de Oratória*<sup>5</sup>. Além disso, alguns registros provam o desenvolvimento de estudos humanistas com poesias e traduções adaptadas de trabalhos gregos e romanos sobre discurso.

O mais relevante de seus escritos humanistas é o poema *De Mirabilibus Peccis* (1636), analisado por Skinner com o intuito de demonstrar dois pressupostos da retórica humanista dentro do renascimento inglês. Tais textos apresentam uma conformação aos três principais gêneros retóricos, a saber, os discursos demonstrativo, o deliberativo e o forense e também o dever de serem organizados de acordo com a *ars rethorica* com a manipulação de argumentos persuasivos. De acordo com Skinner, é possível averiguar o estilo retórico hobbesiano em trabalhos posteriores:

Se examinarmos os primeiros textos de Hobbes, tendo em mente essas considerações, constataremos que eles foram quase que integralmente construídos à luz dessas normas retóricas padronizadas. Antes de mais nada, é impressionante que, em seu ensaio sobre Tucídides, Hobbes encare a *História* essencialmente como uma realização retórica, analisando-a em termos dos conceitos legados pela teoria clássica da eloquência. (SKINNER, 1999, p. 322).

Entende-se através do excerto o apreço de Hobbes pela eloquência e a validação retórica. Após explicar as características do conjunto de regras do *Ad Herennium*, os seis passos (*Exordium*, *Narratio*, *Divisio*, *Confirmatio*, *Refutatio*, *Conclusio*) regulares e os artifícios possíveis (*Accusatio*, *Peroratio*, *Amplificatio*, *loci commun*)<sup>6</sup>, afirma que Hobbes “segue com exatidão quase mecânica todo esse conjunto de regras da retórica.” (SKINNER, 1999, p.325)

---

<sup>5</sup> Ibid. p. 314

<sup>6</sup> SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 324



Entretanto, após esse momento humanista, Hobbes começa a se aproximar da fase da qual os comentadores do debate científico do século XVII se referem como aquela que enfatiza menos a retórica e mais a ciência. Essa fase é a do cientificismo hobbesiano, distanciando-se da *studia humanitatis* que antes seguia fielmente e sendo influenciado pela revolução científica e pelas ciências naturais.

Nesse momento, é possível verificar uma mudança em sua forma de ver a ciência ao ponto de confrontar as disciplinas humanistas as quais anteriormente serviam de inspiração para seus trabalhos. Nota-se, portanto, que Hobbes voltou-se contra a eloquência que amplamente utilizava e apreciava. Ironicamente, a negação foi expressa, em primeira instância, ao traduzir *Arte da Retórica* de Aristóteles, que demonstra implicitamente sua opinião sobre a função do uso da retórica, nada mais que uma ferramenta: “A Faculdade pela qual compreendemos o que nos será de serventia” (HOBBS, 1986, p. 40 apud SKINNER, 1999, p.345).

## **1.2 A rejeição e os ataques à retórica**

Skinner opta por explicar, no capítulo VII “A rejeição hobbesiana da eloquência”, os “ataques”<sup>7</sup> de Hobbes com a finalidade de demonstrar os efeitos da negação e afirma que um dos objetivos do autor era desafiar os princípios essenciais da *ars rhetorica*. Por isso, Hobbes utiliza da ciência civil para desertar a premissa de que todos os argumentos e provas deveriam ser organizados a partir de *inventio* e *elocutio*, ambos alvos de críticas.

O uso de *inventio* é dito por teóricos romanos, ao se referirem à retórica, como a característica mais importante e mais difícil de ser masterizada. Ela deriva da ideia de invenção, e em síntese é a habilidade do discurso direcionada à formação de argumentos

---

<sup>7</sup> Termo que Skinner utiliza durante toda a obra para representar a argumentação de Hobbes contra os princípios da retórica ao nomear seus subcapítulos.

ligados a provas, com o intuito de confirmar ou estimular uma reação no ouvinte. Aristóteles faz a descrição através de elementos que são provas não artificiais e provas artificiais, cuja criação deriva do uso retórico durante um discurso<sup>8</sup>. A capacidade de esbanjar os dois elementos sem conflitos argumentativos e convencendo o público é a ação de aperfeiçoar a *inventio*.

Na filosofia hobbesiana este conceito se faz importante por sua centralidade dentro do poder da retórica, “A arma mais poderosa do orador, em que todos concordam, é sua capacidade de manipular as emoções de seu público e de atraí-las para o seu lado” (SKINNER, 1999, p. 168). A comunicação com o público é necessária para a manifestação de um argumento ou de uma ideia, e é um pressuposto para o manejo da obediência civil, que será analisada mais à frente. No capítulo seis, Skinner mostra um pouco da capacidade que Hobbes usará no *Leviatã*:

Como vimos, os autores de manuais clássicos como o *Ad Herennium* haviam popularizado a idéia de que a maneira mais eficaz de concluir satisfatoriamente um discurso é a invocação das melhores autoridades como testemunhas, do lado do orador. Mais uma vez, é exatamente isso o que faz Hobbes (SKINNER, 1999, p. 328).

O ataque à *inventio* deriva do princípio retórico ser usado para clamar algo novo utilizando recursos discursivos. Em outras palavras, é o uso das provas artificiais de Aristóteles e formas adequadas de falar ao público para instigar a crença de que quem está falando é correto, verdadeiro e possui provas finais. “Devemos alegar que temos algo novo a dizer, ou declarar que nossos argumentos serão de especial benefício para a comunidade, ou então conceber algum outro meio de mostrar que somos dignos de crédito e de confiança” (SKINNER, 1999 p. 346).

---

<sup>8</sup> SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 159

Mesmo Hobbes concordando e tendo utilizado os recursos da retórica anteriormente de modo mais efetivo, com o contexto da revolução do século a ciência passa a ocupar um espaço maior em seus trabalhos. As características do meio científico contrastam diretamente com as exibidas pelos retóricos, visto que consistem em métodos, análises, exposições escritas e, principalmente, em provas experimentais. Hobbes havia tido contato com as ciências naturais e explicações matemáticas, empíricas e leis naturais que foram desenvolvidas a partir do processo de descoberta.

Dentre seus ataques, houve um à prática comum de estabelecimento de *ethos* em discursos e descobertas científicas, feito também por outros intelectuais ingleses antes de Hobbes. A crítica consistia em afirmar que um *ethos*<sup>9</sup> expressado dentro de um trabalho científico pode influenciar a compreensão do mesmo e, em casos, prejudicar as provas factuais e metodológicas elaboradas.<sup>10</sup>

A contribuição de Hobbes se deu ao expressar que a prática deveria parar também nas ciências morais. Isso pode ser visto em sua tradução de Aristóteles, e principalmente com sua dedicatória em *Do Cidadão*, em que esperava-se um estabelecimento de seu próprio *ethos*, porém expõe que a reputação de autores deveria ser pautada somente na consideração de quão firmes e comprovados são seus argumentos, e não em suas características e discursos externos. “E conclui tomando posição a favor do princípio de que o estabelecimento do *ethos* é desnecessário, uma vez que ‘há um certo fio de razão que, ao sermos guiados por ele, serve, por si só, para nos levar à luz mais clara.’” (SKINNER, 1999, p. 347)

---

<sup>9</sup> Skinner apresenta o *ethos* a partir da definição de Quintiliano em duas possíveis interpretações. A primeira delas é a de que o termo é a criação de uma boa imagem ou impressão de si mesmo no seu público, e a segunda abrange que o termo se refere aos sentimentos, ou impressões, que um orador pretende passar ao público, de modo que seja atrativo para sua audiência. (SKINNER, 1999, 128).

<sup>10</sup> SKINNER, Quentin. Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes Cambridge University Press, 1996. p. 347.

Apesar das críticas ao humanismo e à supremacia científica, há uma característica dos argumentos retóricos que prevalece sobre a época, consequentemente sobre Hobbes. Esta é a de criar uma linha de pensamento que engloba a teoria e a prática a fim de acomodar a argumentação às crenças e princípios do público que a recebe. Para isso é preciso interligar ideais comuns absorvidos dos mais diversos ramos da moral, da filosofia e da política. É então que surge a Ciência Civil como a síntese das áreas e, portanto, considerada ciência mestra, ou “ciência preponderante”<sup>11</sup>:

Hobbes mostra-se perfeitamente disposto a admitir que, na ciência civil, procuramos uma forma de conhecimento capaz de gerar uma orientação sensata em questões práticas. Dispõe-se até mesmo a endossar a crença humanista fundamental de que a *scientia civilis* é a ciência preponderante, e de que ninguém que careça desse conhecimento pode figurar como autenticamente sábio (SKINNER, 1999, p.348).

Ao aceitar a ciência civil como de grande significância, Hobbes se distancia do humanismo. O que ele faz é então criticar a abordagem humanista dos estudos de ciência civil e separá-la em duas áreas de conhecimento. Uma característica valiosa à este trabalho derivada da crítica hobbesiana é o enfoque da ciência política como área similar às ciências exatas, buscando universalidades e regras gerais. Ao estabelecer isto, nega a abordagem da política voltada à história, Skinner comenta sobre:

Hobbes, em contraste, afirma que a história é simplesmente o nome que damos ao ‘registro que mantemos em livros’ da ‘experiência dos efeitos das coisas’, e que tal experiência ‘não conclui coisa alguma em caráter universal’. No entanto, as conclusões universais são exatamente aquilo de que precisamos para que nosso conhecimento nos torne sábios (SKINNER, 1999, p. 349).

---

<sup>11</sup> Termo utilizado na tradução para português, enquanto ciência mestra é uma adaptação da versão original “Master Science” (SKINNER, 1996, p. 259)

A segunda de suas demonstrações de revolta pode ser vista em seu *ataque à elocutio*. De acordo com Skinner, majoritariamente em *Do Cidadão* e em *Elementos da Lei Natural e Política* (1640) há uma série de repulsas a outro dos cânones retóricos, a *elocutio*. Esta refere-se à adaptação da forma de vocalizar ou expressar um argumento em torno da conquista do público, ou a capacidade de mudar o modo de falar a fim de manipular as emoções e conclusões da audiência<sup>12</sup>. Hobbes concorda com a colocação retórica, porém a trata como inimiga do desenvolvimento científico. Isto porque a habilidade de alteração interpretativa do público pode ser perigosa ao considerar o caráter assertivo da ciência, que se deduz de provas e argumentos. Todavia, se há o estabelecimento de um *ethos* contrário ou o jeito de expressar o resultado científico for manipulado, a veracidade e a intenção da teoria científica se esvaem.

De acordo com o crucial jogo de palavras que se acha no cerne de sua argumentação, a melhor maneira de levar uma plateia à aceitação de nosso ponto de vista é comovê-la emocionalmente, falar de maneira a deixá-la ‘grandemente comovida’ (SKINNER, 1999, p. 357).

Ao colocar-se contra a *elocutio*, Hobbes também demonstra, de acordo com Skinner, a problemática da moral que prejudica a construção da ciência política. Diz, ainda em *Do Cidadão*, que algo classificado explicitamente como bom ou benéfico por uma pessoa é suscetível, na maioria dos casos, a ser denominado mal ou ruim por outras e inclusive “a mesma pessoa enaltecer e censurar o mesmíssimo ato em ocasiões diferentes” (SKINNER, 1999, p. 357).

---

<sup>12</sup> SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 357

A conformação dos retóricos baseava-se no fundamento de juntar o conhecimento, ou sabedoria, e a eloquência de acordo com as regras que seriam ainda estabelecidas formalmente. Deste modo, atribuir diferentes *ethos* ou valorizar a eloquência dentro da ciência seriam práticas proveitosas. Por outro lado, o que acontece, de acordo com a visão de Hobbes é uma separação necessária, “os participantes da retórica não apenas não conseguem alinhar a sabedoria à eloquência, como também, quase que invariavelmente, fazem que uma fique *disiungitur*, ou separada, da outra.” (SKINNER, 1999, p. 375)

Em resposta à convicção dos humanistas, Hobbes volta à separação dentro da ciência civil, mas agora em forma de ataque a *vir civilis*. O embate foi dirigido à ideia renascentista de cidadania que valoriza a participação de um “bom orador” (SKINNER, 1999, p. 375) como a representativa de um bom cidadão. Sua principal preocupação era de confrontar a conexão de domínio da retórica a uma cidadania exemplar<sup>13</sup>.

A abertura dessa crítica é em torno da argumentação democrática, vista pelo autor como dependente da eloquência, portanto, insuficiente. O renascimento dá à *vis civilis* um sentido democrático e totalmente interligado à dominação argumentativa, pois em comunidades que a aplicam é clara a necessidade do uso de artimanhas retóricas para convencer os demais ou o próprio governo e “Exibi-las' à sua plateia com ênfase adequada” (SKINNER, 1999, p. 376). Comparativamente, o que deveria determinar as decisões são as conclusões racionais, científicas, e não novamente uma dependência de *elocutio* e *inventio*.

Além de ser possível enxergar a diferença quanto a *vir civilis*, Skinner explana argumentos de Hobbes sobre o modo de governo, “o que menos agrada era a democracia” (SKINNER, 1999, p. 377). Estes serão de extrema importância na abordagem do Estado

---

<sup>13</sup> SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 375-376

no *Leviatã*, e o início dos ataques precede 10 anos de sua primeira edição. Neste meio tempo, consolidou-se a “Ciência Política de Hobbes”, nome do oitavo capítulo da análise skinneriana.

### **1.3 A reconsideração da Retórica e a Verdadeira Ciência**

Como exposto até aqui, Skinner mostra que Hobbes ataca o humanismo e as propostas retóricas dentro principalmente da ciência civil e da política, mas “Expõe também suas próprias recomendações, contrastantes com aquela teoria e concepção, para construção de uma verdadeira ciência da política, independente das artes retóricas” (SKINNER, 1999, p. 397). Com esta pretensão em mente, Hobbes elabora uma série de propostas de mudanças e fundamentos para a formalização de uma ciência da política. A primeira delas é colocada dentro de *Elementos da Lei Natural e Política*, e são os 4 passos da ciência.

O clássico inglês os atribui como princípios para encontrar o verdadeiro conhecimento, aqueles que em *Do Cidadão* são entendidos como a questão de seguir a *recta ratio*<sup>14</sup>, ou “um modo de buscar a verdade” (SKINNER, 1999, p. 397). Segundo Hobbes, se os passos forem fielmente seguidos não há falha ao chegar à *scientia*, o conhecimento genuíno ou a solução de problemáticas teóricas.

O primeiro passo deve ser iniciado a partir de uma prova empírica, ou demonstração experimental. Hobbes preocupa-se aqui com os fundamentos que guiam a ciência, e propõe que sempre haja uma concepção concreta e empírica, pois “não podemos ter esperanças de ‘recordar essas concepções sem aquilo que as produziu através de nossos sentidos’” (SKINNER, 1999, p. 398). Por outro lado, isso não significa que as experimentações são individualmente suficientes para a produção de ciência.

---

<sup>14</sup> “Right reasoning” SKINNER, Quentin. Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes Cambridge University Press, 1996. p. 294

O que é capaz de produzir o conhecimento “é a colocação desses dados empíricos num arcabouço conceitual e explicativo apropriado” (SKINNER, 1999, p.398). O nominalismo<sup>15</sup> hobbesiano está intrinsecamente ligado aos quatro passos, visto que logo no primeiro já denota a necessidade de que todas as coisas buscadas devem estar consistentemente nomeadas com termos precisos. É apenas a partir deste princípio que os três próximos passos são possíveis.

A atribuição das definições é o segundo passo, que antecede o de juntar os nomes dados a fim de gerar proposições verdadeiras e únicas. Como última prática, está o ato de aglomerar as proposições de forma conclusiva e concisa, ainda com o objetivo inicial em mente. A metodologia de Hobbes, na visão de Skinner, não apresenta conceitos novos ou distintivos do que já era conhecido, porém é um modo suficiente de demonstrar o desenvolvimento que o autor utiliza em sua ciência política.<sup>16</sup>

Dentro da metodologia há o uso da matemática como base lógica, isso significa que o inglês enxergava o conhecimento científico e o ato racional como cálculo. Skinner recorre a John Dee (1527 – 1608) “A virtude especial de ‘um argumento, exata e puramente matemático’, é que ‘somente uma demonstração perfeita de verdades certas, necessárias e imbatíveis, universal e necessariamente concluídas, é admitida como suficiente’” (SKINNER, 1999, p. 400) como um semelhante ao cálculo hobbesiano, e a polêmica de transformar a ciência política em uma ciência demonstrativa, assim como as da natureza. A exposição retrata a fase que o historiador chama de *Substituindo a eloquência pela ciência*.

---

<sup>15</sup> O nominalismo de Hobbes exerce um papel fundamental em sua filosofia, tanto ao tratar dos passos científicos quanto para a construção de seu pensamento com o cálculo de proposições. Entretanto, o assunto extrapola os objetivos deste trabalho, portanto, não será aprofundado neste momento. Mais informações podem ser obtidas em: ARMSTRONG, D. M. *Universals and Scientific Realism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1978.

<sup>16</sup> SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 399



Por mais que os ataques à retórica possam ser interpretados como críticas incisivas, a intenção de Hobbes é na verdade propor uma substituição da retórica como guia da eloquência, ou ao menos pela verdadeira eloquência. Esta seria a derivada do ato e maneira de se expressar claramente de forma elegante e perspicaz, porém com uma alteração crucial. No lugar de ter a retórica como guia para o aperfeiçoamento, a ciência cumpriria este papel através da metodologia dos quatro passos, ou da *recta ratio*.<sup>17</sup>

Hobbes aceita de bom grado a afirmação central dos retóricos de que a eloquência é indispensável à ciência civil. *Todavia, insiste em que a verdadeira eloquência provém da 'arte da lógica e não da arte da retórica'*. Decorre daí que, ao reconhecermos a indispensabilidade da eloquência, estamos meramente dizendo que é necessário raciocinar de maneira lógica; de modo algum estamos dizendo que é necessário convocar os recursos auxiliares artificiais associados com 'aquela forma de eloquência poderosa que se distingue do verdadeiro conhecimento das coisas' (SKINNER, 1999, p. 407. Grifo meu).

A construção origina-se do que dá nome ao nono capítulo de Skinner, *A reconsideração hobbesiana da eloquência* e concentra o foco do presente trabalho, é importante reter aqui que, para Hobbes, eloquência e lógica não são dimensões opostas. Um discurso científico pode ter as duas coisas. Raciocinar de maneira lógica é raciocinar de maneira eloquente.

Neste capítulo Skinner mostra que Hobbes até *Do Cidadão* expõe a ciência política como uma busca única à ciência pura e repúdio das práticas retóricas e do discurso persuasivo, porém, no *Leviatã* a proposta é diferente. O autor instrumentaliza a retórica com o intuito de usar a força da eloquência para garantir a aplicação da ciência.

---

<sup>17</sup> SKINNER, Quentin. Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes Cambridge University Press, 1996.303

Isso, no entanto, não significa que *Leviatã* é uma obra humanista, mas uma cientificista com o mesmo viés de *Do Cidadão*, distinta apenas ao utilizar a retórica como ferramenta ao invés de negá-la. Entretanto, não é porque Hobbes a usa que ele para de criticá-la. Ao referir-se ao uso da linguagem pelos homens o autor volta ao nominalismo e aos passos científicos, afirmando que a verdade consiste na correta ordenação dos nomes e determinações, diferente de Aristóteles, Cícero e Tomás que utilizam da ausência de definição de termos para enganar os ouvintes<sup>18</sup>.

Evidenciar tal afirmação é importante para entender o papel mediador de Hobbes nessa reconsideração da eloquência. Ao mesmo tempo que a coloca como arma possível e necessária, não deixa de ridicularizar aqueles que a tratam como algo a mais do que acredita que ela deva ser, uma ferramenta. Envolve também a preferência pela atualidade e realidade, o que o encaixa como um realista clássico em classificações de Relações Internacionais, mas mais do que isso representa sua afinidade às ciências exatas e às leis naturais.

A retórica faz o contrário, ela abusa de recursos linguísticos humanos, para conquistar e definir novas proposições, mesmo que os passos regulares e os artifícios constituam regras definidas, Hobbes opta pelo caminho das regras da razão, em certa parte alinhadas com a eloquência. Este é o caminho da *recta ratio*, que se situa no uso da razão individual, um aspecto da própria natureza humana e desautoriza aqueles que propõem o conhecimento a partir de análises de obras de outrem. Isso acontece por retirar o fator de cálculo, visto que a razão seria exercida através de palavras escritas em outras épocas, por outros indivíduos.

---

<sup>18</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 35

Isso torna aqueles homens que tiram a sua instrução da autoridade dos livros, e não da sua própria meditação, tão inferiores à condição dos ignorantes quanto são superiores a estes os homens revestidos de uma verdadeira ciência. Pois entre a verdadeira ciência e as doutrinas errôneas situa-se a ignorância. A sensação e a imaginação naturais não estão sujeitas a absurdos (HOBBS, 2003, p. 35).

Não quer dizer que na ciência não se possa ter influência de autores, o trecho é voltado à preocupação de Hobbes com uma ciência que possa se defender dos ataques da retórica e manter a universalidade científica, pois as palavras que formalizam as proposições são as mesmas que servem de munição para os retóricos, podendo ser distorcidas. Hobbes procura a legitimidade da ciência nas próprias regras que a constituem e não na autoridade derivada da tradição. É a força da ciência moderna que, nesse momento, parece despontar nos trabalhos do autor do *Leviatã*.

Nesse sentido, é através da exposição do papel da opinião dentro da ciência civil que a importância de abordar a relação entre razão e retórica se torna perceptível. Skinner afirma que Hobbes a trata como aquela que governa o mundo<sup>19</sup>, podendo ser vista como a base da obediência civil no Estado Civil do *Leviatã*. E a distorção das teorias, influenciando a opinião, é um problema visado pelo autor.

Como mencionado anteriormente, Hobbes considera o uso dos cânones da *ars rethorica* um problema não somente na ciência política, mas também na moral. Esta é englobada dentro das ciências como o fator da justiça e, para o autor, a construção cien-

---

<sup>19</sup> SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes São Paulo: Ed. Unesp, 1999, p. 408

tífica e a própria justiça são intrinsecamente conectadas. “Para Hobbes, em suma, a capacidade de fazer uma análise científica da justiça encontra-se no cerne de qualquer ciência civil digna desse nome” (SKINNER, 1999, p. 413).

A definição a qual Hobbes chega em suas obras é a de que justiça, e evidentemente injustiça, são conceitos com significados diferentes quando atribuídos a pessoas e a ações. Quando se fala da classificação de uma ação justa ou injusta, fala-se diretamente de direitos, e por isso a justiça de ações está relacionada a um referente. Isso significa que não existem ações justas e injustas sem um determinante do que é a justiça, ou seja, sem um pacto ou promessa que declare explicitamente os limites das ações.

A questão da justiça tem uma grande importância para o pacto e o Estado Civil, todavia neste momento o foco será na relação estabelecida entre a opinião e a ciência. Após Hobbes ter sido defensor do humanismo, transitado para uma defesa da ciência moderna e por fim, no *Leviatã*, tentado aproximar as duas à lógica, é que ele entende que “a verdadeira ciência da política deve abranger não somente os princípios da justiça natural, mas também ‘os elementos da virtude moral e dos deveres cívicos’” (SKINNER, 1999, p. 420). Skinner nomeia a característica moral na ciência hobbesiana como *The Science of Virtue and Vice*, referindo-se à construção da *scientia civilis*.

No *Leviatã* Hobbes abrange a moral com uma perspectiva distinta. Apesar dos deveres cívicos, do pacto e do próprio Soberano serem cálculos racionais, não são suficientes para garantir o pleno funcionamento da República. Para explicar tal afirmação pode-se enxergar o Estado Civil como a ciência, suas normas como as aplicações científicas. Na sociedade civil este prisma já está aplicado em prol do conceito de obediência civil,

também da opinião pública, e “assenta-se no pressuposto de que a razão é de pouca serventia na falta da eloquência” (SKINNER, 1999, 503).

Dessa forma, pode-se ver no *Leviatã* o resultado de um movimento de adesão e crítica à retórica que acompanhou o percurso teórico hobbesiano. Inicialmente, ele adere aos usos da retórica em seus textos. Entretanto, como demonstrado anteriormente neste trabalho, Hobbes critica esta prática em um momento posterior. Mas, por fim, através da reconsideração da eloquência conjugada aos princípios da ciência moderna nascente, ele recupera o lugar da eloquência na ciência. Para ficarmos com o exemplo do *Leviatã*, vale destacar que Hobbes estabelece, logo na dedicatória da obra, antes de qualquer argumentação, seu próprio ethos.<sup>20</sup>

Apesar da aproximação com a retórica e o retorno à *inventio*, o princípio retórico com maior presença e enfoque é a *elocutio*. Skinner expõe ainda uma característica específica, a de *ornatos*, ou a de assimilar a metáfora de preferir ou expor as descobertas científicas para o público. Com isso, já é possível pensar novamente uma relação com a obediência civil como princípio final. Isto se dá porque a força dessa semelhança entre termos se encontra na implicação, interpretada por Skinner, de que qualquer ciência política puramente experimental ou prudencial acaba por não cumprir seu papel para a segurança pública, indispensável no pacto. O motivo disso é que sem o raciocínio eloquente a ciência, em geral, não consegue ser dissipada ou aplicada.

O uso prático dessa retórica dentro do *Leviatã* se dá de diversas formas, Skinner aponta a valorização do riso, a retratação para com inimigos e outras formas na obra. Mas

---

<sup>20</sup> É importante ressaltar que não seria essa a primeira vez, pois em uma revisão da dedicatória de *Do Cidadão*, Hobbes alterou sua valorização da argumentação por um *ethos* fortemente estabelecido. SKINNER, 1999, p. 503)

a mais relevante para este trabalho é a forma de ironia. Hobbes utiliza da ironia ao falar do uso religioso e das pessoas em torno ao mesmo tempo em que transcreve o papel dessa retórica na religião. Investigar essa relação entre Igreja e a retórica da obediência civil é um modo de lidar com o segundo objetivo apresentado no início desse trabalho.

Pode-se entender até aqui através da trajetória apresentada por Skinner a passagem de Hobbes pelo humanismo e sua participação no cientificismo. Ele distancia-se da retórica, chegando a negá-la como verdadeira, entretanto, posteriormente há a reaproximação da eloquência que antes criticara. A justificativa não é um passo para trás na filosofia do autor, mas sim uma submissão que Hobbes faz da retórica em relação à ciência. Isso é essencial para entender a relação entre ciência e eloquência.

A obra central deste trabalho é o *Leviatã*, porque é onde Hobbes reaproxima os dois, e o modo com que ele faz isso é através da obediência civil, conceito este que dá o sentido político para relacionar a ciência moderna com a eloquência, sendo fundamental para garantir a paz e a segurança. Hobbes se preocupa com a combinação da retórica e a razão, e a obediência civil, porque pensa ser essencial para a garantia do cumprimento do pacto. É esse o pano de fundo do raciocínio seguinte.

## **2. Contornos do Estado e da obediência civil**

### **2.1. Do Estado de Natureza ao Pacto**

Antes de qualquer afirmação precoce, se faz necessário entender o que é a obediência civil propriamente dita no interior desse cenário de aproximação entre ciência e eloquência, e como ela se encaixa na filosofia de Hobbes. Para isso, é preciso averiguar o Estado hobbesiano e seus contornos de formação e estabelecimento.

O Estado para o autor é resultante do pacto entre os indivíduos que desejam sair do Estado de Natureza. Pode-se retratá-lo como o estado em que os indivíduos estão sem civilidade, com características instintivas e guiadas por suas paixões e desejos visando a satisfação exclusiva do interesse próprio. Yara Frateschi trata sobre o intuito de Hobbes na temática:

Sua intenção é provar, a partir da análise das causas de associação<sup>21</sup>, que o homem é auto interessado e age primeiramente em função do seu próprio benefício e que toda associação é contraída na medida em que o outro se apresenta como um meio para a utilidade ou o prazer. (FRATESCHI, 2008, p. 38)

Com o pressuposto egoísta no centro, há a definição do estado de natureza, que é deveras importante para a filosofia política, sendo aplicada até às Relações Internacionais como a representação da política interestatal<sup>22</sup>. Entretanto, o foco aqui será na característica política, e filosófica, do estado de natureza, sendo anexada às leis da natureza.

A primeira de tais leis é a que pode ser relacionada à motivação do Estado, a regra que todo indivíduo naturalmente segue, “procurar a paz, e segui-la” (HOBBS, 2003, p. 113). Isso dá ao estado de natureza a característica como de algo a ser abandonado e repugnado por aqueles que se encontram nele. Pode-se concordar com tal afirmação no ponto de que este estado é cheio de conflitos em prol do *jus naturale* individual<sup>23</sup>, e os

---

<sup>21</sup> Associação, neste caso, é referente ao trabalho comparativo que a autora faz em torno de conceitos aristotélicos e o empréstimo que Hobbes faz dos “critérios de utilidade e prazer e negligência e a amizade perfeita” (FRATESCHI, 2008, p. 38).

<sup>22</sup> Hans Morgenthau, teórico das Relações Internacionais, cita Hobbes e a construção do *Leviatã* como representações tanto da natureza humana quanto do Estado e relaciona a Soberania como um pretexto para a existência de um sistema com relações entre Estados-nação. MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

<sup>23</sup> “A liberdade que cada homem possui de usar o seu próprio poder para a preservação da sua própria natureza, ou seja, da sua vida” (HOBBS, 2003, p. 112)

indivíduos são guiados, de forma escravizada, pela *lex naturalis* comum a todos. Isto se dá por causa da falta de civilidade e de uma excessiva liberdade, considerando que a liberdade para Hobbes é:

conforme a significação própria da palavra, a ausência de impedimentos externos, impedimentos que muitas vezes tiram parte do poder que cada um tem de fazer o que quer, mas não podem obstar a que use o poder que lhe resta, conforme o que o seu julgamento e razão lhe ditarem (HOBBS, 2003, p.112).

Hobbes não trata da liberdade como malefício, mas sim como uma característica do principal fator para o estabelecimento do pacto, que é a busca pelo autointeresse e benefício próprio<sup>24</sup>. Ela encontra-se na visão do pacto ser uma escolha racional e natural, sem imposição, portanto, livre. A característica da liberdade individual é dominante no estado de natureza, junto à lei natural de busca pela paz, converge em na Segunda Lei da natureza que forma o pacto da Soberania.

deriva esta segunda lei: Que um homem concorde, quando outros também o façam, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em resignar ao seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite em relação a si mesmo (HOBBS, 2003, p.113).

O raciocínio pactual é que enquanto cada homem detiver seu direito de ação individual, ou seja, fazer o que quiser a qualquer momento e em qualquer intensidade, todos

---

<sup>24</sup> FRATESCHI, Yara. A física da política: Hobbes contra Aristóteles. Campinas: Edunicamp, 2008. p. 38



se encontrarão em guerra. Isso porque suas ações afetarão outros que não irão aceitar serem dominados, e assim se constitui o estado precário em que os indivíduos se encontram. Porém, com o pacto, resigna-se seu direito natural de liberdade, e é guiado pela lei de todos os homens, ou, e aqui Hobbes demonstra traços religiosos, lei do evangelho “Faz aos outros o que queres que te façam a ti” (HOBBS, 2003, p. 114).

O que acontece com o pacto, todavia, não é a resignação somente por si mesma, mas é a renúncia em prol da transferência de sua escolha e direitos à entidade criada com o pacto, o Soberano. É importante ressaltar que toda essa abdicação de direitos da natureza individuais, que parece forçada, é, para Hobbes, fruto da razão e da própria natureza humana que busca por paz. Isso se faz muito importante ao pensar a religião na filosofia hobbesiana também, e será usado posteriormente.

O Soberano, construído por seus súditos, se torna aquele que deve garantir a paz e a segurança, e os súditos os que possuem o dever, com bastante enfoque neste termo, de não anular suas renúncias. O pacto é uma doação, ou dádiva de forma não mútua em que uma parte transfere a esperança de adquirir ou conquistar os serviços da outra (HOBBS, 2003, p. 166).

Todavia, o modo em que o pacto realiza seus objetivos é a República. Antes de adentrar na construção política do *Leviatã*, é importante ressaltar que República nesse caso é referente a uma possível tradução do conceito que guiava a época, e ainda guia nações específicas, a *Commonwealth*. A diferenciação se torna válida ao averiguar que existem diferentes modelos republicanos na atualidade, e a grande maioria é distinto, ou quase oposto, à República hobbesiana. As repúblicas do século XXI são majoritariamente

democráticas, sendo totalmente ou parcialmente<sup>25</sup>, o que as tornam muito diferentes do conceito tratado por Hobbes, e como já demonstrado, o inglês não apreciava o modelo desde o século XVII. Entretanto, ambos modelos políticos, o Estado Soberano e a democracia moderna, apropriam-se do conceito de *Commonwealth* para construir suas bases ideais e de funcionamento. No *Leviatã*, Hobbes descreve este conceito da seguinte forma:

Considera-se que uma república tenha sido instituída quando uma multidão de homens concorda e pactua, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembléia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser o seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembléia de homens, tal como se fossem os seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos demais homens (HOBBS, p. 148).

Esta definição é dada por Hobbes logo no início do capítulo XVIII “Dos Direitos dos Soberanos por Instituição”. Este assunto não será demasiado prolongado pois não é o objeto deste trabalho, porém é passível de entendimento a herança de ambos modelos de um mesmo conceito. As diferenças começam já a aparecer em sequência, no momento em que Hobbes afirma que não se pode trocar, ou celebrar, um novo pacto de obediência a outrem e também não se pode depor o Soberano de sua soberania, pois os súditos estariam exercendo a injustiça (HOBBS, 2003, 149).

---

<sup>25</sup> Como pode ser averiguado no *Index* produzido anualmente pela revista The Economist. *Global democracy has another bad year*. The Economist. 2020. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>>. Acesso em: 19, de dez. de 2020.

## 2.2. Dos Direitos do Soberano e a Moral dos súditos

Se a discussão já apresentada sobre justiça e injustiça for retomada, é possível ver que Hobbes considera o Estado Civil formado com o pacto como a referência, assim como o que o formou, a resignação dos direitos dos súditos. Isso faz com que os últimos, mesmo tendo a possibilidade moral de oporem-se ao Soberano não devem fazê-lo, visto que estariam sendo injustos consigo mesmos, os formadores do pacto e criadores da soberania. E nisso constitui-se um dos primeiros direitos do Soberano.

Dessa forma, seguindo a mesma premissa, os súditos também não podem atribuir ao Soberano a culpa de seus direitos serem tomados ou falas similares, pois escolheram quem iria garantir sua paz e segurança.

como o direito de portar a pessoa de todos é conferido ao que é tornado soberano mediante um pacto celebrado apenas entre cada um e cada um, e não entre o soberano e cada um dos outros, não pode haver quebra do pacto da parte do soberano; conseqüentemente nenhum dos súditos pode libertar-se da sujeição, sob qualquer pretexto de que o soberano transgrediu seus direitos (HOBBS, 2003, p. 150).

Assim, constitui-se outro direito do Soberano, o de que os súditos mesmo podendo simplesmente abandonar seu pacto não devem fazê-lo porque isso fere o princípio do benefício próprio. Romper o pacto é perder a proteção do soberano e, conseqüentemente, regredir à condição de estado de natureza que é de guerra de todos contra todos. Isso porque o pacto não foi feito com o Soberano, mas com todos os membros da República, e que a alternativa ao pacto é o retorno ao Estado de Natureza o que não seria vantajoso.

Não se deve perder de vista que o que Hobbes pretende mostrar é que por pior que possa parecer, a vida dos súditos em um estado absoluto é melhor do que a vida no estado de natureza.

Além de que o pacto que os tirou do estado de natureza foi feito com os próprios indivíduos, e não com o Soberano individualmente. Ao levar a uma analogia com a matemática, a soberania é o expoente, enquanto os súditos são os fatores da equação que geram um resultado, o Estado Civil (soberania). Não é possível criticar ou rejeitar um resultado que utiliza dos mesmos fatores, da mesma forma que não existe lógica racional, porque não vale a pena e nunca é benéfico, súditos que desejam renunciar o Soberano que eles mesmos criaram. Assim, é injusto romper o pacto, dessa forma, enquanto houver a celebração da justiça o Soberano não perde sua soberania.

Tal relação entre súdito e Soberano pode ser vista através de uma das leis da natureza de Hobbes, mais especificamente a quinta, a “Complacência”. Isso porque confrontar ou duvidar das ações do Soberano, em máxima, podem prejudicar a sociedade como um todo e se desencontram da lei “cada homem deve se esforçar por se acomodar com os outros” (HOBBS, 2003, p. 130). A analogia usada pelo autor no capítulo XV *De outras Leis da Natureza* remete à construção social, e Skinner a expõe da seguinte forma:

Hobbes sugere que poderemos ver o que está em jogo se pensarmos nos indivíduos em relação às associações civis como ‘pedras reunidas para a construção de um Edifício’. Quando há uma pedra ‘que, pela aspereza e irregularidade da Forma, retira das outras mais espaço do que ela mesma ocupa, e que por sua dureza não

pode ser aplanada com facilidade, com isso prejudicando a construção, ela é posta de lado pelos construtores como imprestável e incômoda” (SKINNER, 1999, p. 514-515).

Essa é a premissa que guia a filosofia hobbesiana e fundamenta-se em um artifício, classificado pelo filósofo como uma “simples verdade” (HOBBS, 2003, 150), a opinião. Essa opinião, e verdade, é a de que o poder Soberano advém do pacto, que deriva do povo. Consequentemente, a soberania só existe pelos súditos e os súditos só existem, com civilidade e sem as guerras do estado de natureza, por causa de seu Soberano. É, interpretativamente, uma relação de obediência e dever de obedecer.

Os pactos, não passando de palavras e vento, não têm nenhuma força para obrigar, dominar, constranger ou proteger ninguém, a não ser a que deriva da espada pública; ou seja, das mãos livres e sem peias daquele homem, ou assembléia de homens, que detém a soberania, cujas ações são garantidas por todos e realizadas pela força de todos os que nele se encontram unidos (HOBBS, 2003, p.150-151).

Ao voltar-se à afirmação de que a opinião deriva do público pode-se pensar o conceito de obediência civil. É aqui que o Estado se encaixa com a retórica hobbesiana. O pacto formado é resultado, como já dito, de um cálculo racional, portanto, não depende de artifícios retóricos. Sua única dependência é da racionalidade dos indivíduos que estão no estado de natureza, e por isso pode ser feito um paralelo em que o Estado Civil seria como a ciência previamente trabalhada. Ele é a formulação, a instituição e a prova, mas ele não funciona plenamente sem os fatores que o fizeram acontecer, os súditos. E como

dito na análise do texto de Skinner, a ciência isoladamente não parece suficiente para o povo, pois, mesmo que com provas, nada adianta sem o convencimento de que tais provas são verdadeiras e úteis, e o que consegue fazer isso é o convencimento através do interesse individual de satisfazer o benefício próprio.

De um modo geral, é possível afirmar que uma das questões mais relevantes para Hobbes é a relação entre natureza humana (antropologia) e política. A partir dessa relação podemos compreender como Hobbes edifica um projeto político em que a opinião precisa ser redirecionada no sentido da obediência ao poder estabelecido. Para o autor inglês essa é uma das maiores tarefas da política. (SILVA, 2017, p. 144)

Hobbes faz a transição a uma retórica instrumentalizada no próprio *Leviatã*, e a executa com a própria obediência civil. A última acaba por ser a melhor opção porque a outra forma de convencer os súditos é o uso da força e violência, porém, qual seria a diferença entre o Estado de Natureza e o Estado Civil? Por isso é melhor, para o soberano, utilizar a eloquência ao lado da ciência, do que utilizar a força. No limite, é possível dizer que, para Hobbes, é sempre melhor fazer política do que guerra. É sempre melhor tentar convencer do que fazer uso da força, embora a força sempre seja um instrumento legítimo quando utilizado pelo Estado.

### **2.3. Obediência civil e a dinâmica de poderes**

A teoria da República hobbesiana requer os dois tipos de linguagem propostos, o da ciência experimental e o da retórica persuasiva para que a soberania possa funcionar<sup>26</sup>. Portanto, é necessário utilizar tanto a moral quanto a razão para a eficiência do Estado

---

<sup>26</sup> JOHNSON, David. *The Rethoric of Leviathan: Thomas Hobbes and the politics of cultural transformation*. Princeton University Press. 1986. p. 68

Civil e também da ciência. David Johnston (1951-), ao analisar a retórica no *Leviatã*, ressalta que Hobbes ficou impressionado com a atuação da opinião pública na época que escrevia a obra e relaciona a reconsideração da eloquência ao problema da audiência. Johnston compara a escrita do filósofo em *Leviatã* com seus trabalhos anteriores, e o que deduz é que: “Hobbes se tornou cada vez mais impressionado com o poder da opinião pública entre essa época e o final dos anos 1640, quando estava redigindo *Leviatã*.” (JOHNSTON, 1986, p. 77).<sup>27</sup>

Para que fosse possível a execução real do pacto civil, o público deve ceder seus direitos naturais ao Soberano, porém o problema é a manutenção disso. O Soberano só surge através do mesmo acordo, e a partir do ponto que as ações dele estão sendo em sua função da proteção dos súditos e de seus direitos, não é justo questioná-lo. “A finalidade da obediência é a proteção, e seja onde for que um homem a veja, quer na sua própria espada quer na de um outro, a natureza quer que a ela obedeça e se esforce por conservá-la” (SKINNER, 1999, p. 189).

A audiência se torna um problema considerado por Hobbes, na exposição de Johnston, com o desenvolvimento de meios de comunicação gerais, como o jornal, que culminaram em uma mudança na concepção de público do autor. Antes, apresentava uma interpretação seletiva, considerando apenas alguns leitores como relevantes e outros como desconsideráveis, porém isso muda ao enxergar a relevância na Inglaterra da comunicação em massa.

---

<sup>27</sup> “Hobbes became increasingly impressed by the power of public opinion between this time and the late 1640's, when he was composing *Leviathan*. One sign of this change is a shift in his analysis of the causes of sedition or rebellion.” JOHNSON, David. *The Rethoric of Leviathan: Thomas Hobbes and the politics of cultural transformation*. Princeton University Press. 1986. p. 77

Aprofundando um pouco no assunto, pode ser feito um paralelo às relações de poder expostas na primeira parte do *Leviatã*. No capítulo X “*Do Poder, Valor, Dignidade, Honra e Merecimento*” apresenta sua definição do que seria o “poder” propriamente dito, e este “consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer manifesto bem futuro. Pode ser original ou instrumental” (HOBBS, 2003, p. 75).

Pode-se observar, portanto, que o autor os diferencia em dois tipos, *original* (natural) e *instrumental*. O poder natural é o utilizado na proteção de seus próprios direitos no Estado de Natureza, e ele é a iminência das faculdades do corpo ou espírito, como por exemplo a força, a beleza, a destreza, nobreza e, com enfoque, a eloquência. (HOBBS, 2003, p. 75). Como um apêndice, pode-se interpretar que ao dizer que a eloquência é naturalmente um poder do indivíduo, Hobbes indica a importância do não abandono da mesma. Dessa forma, reafirma uma das razões pelas quais não abandona seu uso no Estado Civil, afinal, eloquência é poder.

A outra classificação de poder é a *instrumental*. Essa é uma forma de poder adquirida através dos originais e se constituem em meios e instrumentos para adquirir ainda mais poder. Alguns exemplos são: riqueza, amigos, a reputação e os secretos desígnios de Deus (HOBBS, 2003, p. 76). O último será melhor trabalhado posteriormente, porém, ao observar que a “reputação” é dada como um *poder instrumental* derivado, possivelmente, da própria “eloquência”, entende-se que a soberania é o espaço privilegiado que deve reunir todos esses poderes, por isso ela é absoluta. Assim, os poderes *naturais* e *instrumentais* diferenciam-se em ação e funcionamento, porém encontram-se reunidos na figura do Soberano.

O maior dos poderes humanos é aquele que é composto pelos poderes da maioria dos homens, unidos por consentimento numa só



pessoa, natural ou civil, que tem o uso de todos os poderes deles na dependência da sua vontade; é o caso do poder de uma república (HOBBS, 2003, p. 76).

Ao observar o trecho anterior chega-se a um ponto importante deste trabalho. O maior dos poderes é o composto pela reunião deles através do pacto e reside na figura do Soberano, o que pode ser ligado ao pensamento de Johnston acerca da audiência. Vale ressaltar que Hobbes destaca a ciência como um dos menores poderes, porque “somente são reconhecidas em alguns homens e, mesmo nestes, em poucas coisas” (HOBBS, 2003, p.77). Uma das chaves para entender o funcionamento do Estado hobbesiano parece ser ver que estamos “diante de uma forma de exposição retórica, que visa impedir que os homens sejam desviados da obediência ao soberano civil” (FRATESCHI, 1999, p. 102).

O que é assertivo acerca da obediência civil é que ela é tomada como aquilo que o Soberano deve mobilizar para a manutenção do pacto, pois mesmo dentro de uma sociedade civil os súditos possuem paixões, vontades, opiniões que são influenciadas pelas questões da vida civil, por isso o poder soberano ganha centralidade nesse momento. É decisivo nesse momento ressaltar que “sem um poder comum” que mantenha “a todos em respeito” não é possível haver paz. Não há paz sem sujeição (HOBBS, 2003, p. 145).

Essa obediência se torna uma ferramenta necessária para construir a paz e garantir a segurança dos súditos como suas principais funções. O entrave está em como fazer isso, pois envolve diretamente o povo, que é composto por indivíduos e suas paixões. As principais que a Soberania tem que lidar é com o medo e a esperança, regulando ambos de forma equilibrada, uma forma de entender é a seguinte:

Com a construção do Estado soberano, o medo (desconfiança) e a esperança (confiança) são regulados para que a guerra não seja

o produto necessário desse jogo passional, mas sim a paz. E isso ocorre por meio do exercício do poder soberano pautado na obediência civil (SILVA, 2009, p. 99).

O modo em que a obediência civil ocorre, ou é apresentada, no *Leviatã* é através da eloquência, e a retórica como um todo, abordada por este trabalho como instrumentalizada em formatos diferentes. A proposta a ser trabalhada posteriormente é a de que uma dessas formas, possivelmente a principal, é a de que a Religião funciona como artifício de convencimento. Como afirma Frateschi, na terceira parte do *Leviatã*, Hobbes “procura mostrar que Deus quer que os homens obedeçam ao seu soberano civil” e isso, talvez, seja porque “Hobbes esteja pensando naqueles que não acompanham os passos da ciência (porque não querem ou não podem fazê-lo)” (FRATESCHI, 1999, p. 102). Aqui ganham relevância as “pílulas salutareis” mencionadas por Hobbes e que será objeto de análise no próximo relatório. Segundo o autor, “com os mistérios da nossa religião se passa o mesmo que com as *pílulas salutareis* para os doentes, que quando são engolidas inteiras têm a virtude de curar, mas quando mastigadas voltam na sua maior parte a ser cuspidas sem nenhum efeito (HOBBS, 2003, p. 314. Grifo meu).

## **Conclusão Parcial**

Ao analisar a trajetória filosófica de Thomas Hobbes, Este trabalho buscou compreender as mudanças do pensamento de Thomas Hobbes, considerando sua passagem pelo humanismo e cientificismo. Esse trajeto foi orientado pela busca de aspectos que mostram os níveis de adesão do autor ao pensamento retórico e sua construção de ciência política. Assim, o ponto importante é a articulação da relação entre a retórica e a política pensada como ciência. O modo com que Hobbes a apresenta, pode ser pensado, como

visto durante esse trabalho, tendo como horizonte a garantia da paz através da obediência civil.

Em linhas gerais, este trabalho recorreu a Quentin Skinner em busca de compreender a construção do pensamento hobbesiano a partir de uma observação cuidadosa da própria retórica, feita pelo historiador inglês. Foi possível compreender que houve fases na filosofia de Hobbes acerca da retórica e seus princípios, inicialmente seguindo a *ars rethorica* e o humanismo, até chegar ao cientificismo demonstrativo das ciências exatas, principalmente com a influência da geometria e da física mecânica, que alteraram sua perspectiva. Tal afirmação se faz importante para a fase seguinte, que é a negação da retórica. Skinner a apresenta como temporária, e é possível ver a defesa da razão como suficiente e uma crítica ferrenha à retórica em *Elementos da Lei* e *Do Cidadão*. Porém, ao escrever *Leviatã*, uma década depois do intervalo entre as duas, Hobbes propõe uma união, ou articulação, entre a razão e a eloquência retórica.

Ao investigar o motivo dessas mudanças Skinner atribui a uma diferença entre otimismo, nas primeiras obras, e pessimismo, no *Leviatã*, em relação à capacidade da razão de persuadir o público<sup>28</sup>. Essa mudança é apresentada através da reconsideração da retórica, e a trata não como um recuo no pensamento do autor, ou um retorno à sua interpretação anterior, mas sim como uma forma de utilizar a retórica para suprir o fim de ser um artifício capaz de persuadir os súditos em benefício da soberania e da garantia da paz. Esta pesquisa parte para analisar como isso se dá no *Leviatã*, e no próprio Estado civil, investigando os contornos da obediência civil.

---

<sup>28</sup> SKINNER, Quentin. Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes. Cambridge University Press, 1996. p. 343-8

Ela é necessária por causa da, já constatada, falta de poder efetivo da ciência, na balança proposta por Hobbes, enquanto o maior dos poderes é a “opinião da maioria”. A obediência civil seria então a instrumentalização da retórica em prol de conquistar a opinião da maioria, porque as ações da maioria derivam das suas opiniões, e conquistando as últimas, controla-se as primeiras. Frateschi, em um artigo que trata da mesma temática, descreve sucintamente como é o desenvolvimento da cadeia que culmina na ação.

As opiniões (sobre prejuízos ou benefícios) determinam as paixões, as quais determinam (no final do processo de deliberação) a vontade, que, por sua vez, determina a ação. As ações voluntárias têm origem na vontade de fazer ou não alguma coisa. E isso, por sua vez, depende da nossa opinião sobre o bem e o mal, a recompensa ou o castigo, que concebemos decorrer da nossa ação. (FRATESCHI, 2003, p. 97)

Assim, caso domine a opinião através de formas de obediência civil, dominará também as ações, impedindo que o súdito descumpra o pacto e volte ao Estado de Natureza, portanto, garantindo a segurança. A eloquência, retórica, portanto, acaba por ser uma demonstração de poder, por ser a forma de aquisição do maior dos poderes, e se torna importante para Hobbes como um instrumento de garantia da política. Aqui é onde a obediência civil é capaz de relacionar a ciência e a retórica, as leis e as opiniões, o Soberano e as ações dos súditos.

Esse é um conflito exposto por Hobbes no *Leviatã* “Da primeira à última página do livro” (FRATESCHI, 2003, p.97) e é configurado a partir da relação entre o Estado e a Igreja. Os contornos deste entrave culminam em outras divergências, mas Hobbes preocupa-se com a manutenção da obediência civil nas mãos da Soberania. Observando como as opiniões afetam a política no Estado hobbesiano é possível enxergar de modo

mais preciso o lugar que Hobbes atribui à retórica no cenário de manutenção da paz através do poder soberano. Nesse sentido, a briga entre instituições (Igreja e Estado) pode ter efeito não só sobre o que acontece com os súditos, mas especialmente sobre a opinião que eles têm de cada uma delas. Para afastar a guerra e manter a paz é preciso que o Soberano seja capaz de manter os súditos obedientes. Para mantê-los assim é preciso que eles tenham uma opinião positiva sobre o Soberano. De acordo com o que vimos, parece que as verdades da ciência não são suficientes para convencer os súditos, afinal ela é um “pequeno poder”. Por isso, Hobbes precisa se voltar para os usos da retórica como auxílio para a manutenção da paz e da coesão social.

É nesse sentido que ganha centralidade a outra expressão que guiará a próxima etapa dessa pesquisa, a saber, o cativeiro do entendimento. Entretanto, como ressaltava Hobbes, “o *cativeiro do nosso entendimento* não deve ser interpretado como uma submissão da faculdade intelectual à opinião de outrem, e sim à *vontade de obedecer*, quando a obediência é devida” (HOBBS, 2003, p. 314. Grifo meu). Mas esse já é tema para o próximo relatório.

### **Introdução Final**

Thomas Hobbes é um autor que perpassa diversas áreas do conhecimento, ciência política, matemática, filosofia e, dentre elas, a moral religiosa. Mais da metade da maior de suas obras, *Leviatã*, é composta por retratações e argumentações em torno da Igreja como instituição e do processo de relação com o Estado. A forma com a qual ele trabalha a religião é passível de analogia com uma instrumentalização da retórica, como exposto anteriormente.

Recentemente, comentadores têm se debruçado sobre o papel da retórica na filosofia política de Thomas Hobbes. Na maior parte

das vezes, a questão que primeiro vem à tona é a seguinte: por que o filósofo, que condena veementemente a retórica nos *Elementos da lei* e no *Do cidadão*, passa a defender, no *Leviatã* união da razão com a eloquência? (FRATESCHI, 2003, p. 94).

Foi a fim de responder essa pergunta que este trabalho passou pelas fases de Hobbes dentro da filosofia e ciência, porém a interpretação passou a tomar o rumo de como a obediência civil é conquistada no Estado e a hipótese foi posta como através da religião. O discurso religioso seria a via de dispersão da eloquência, que tem como objetivo garantir a obediência dos súditos ao pacto, e consequentemente ao Soberano.

A empreitada do autor no *Leviatã* era a de propor seu ideal de como a relação entre Igreja e Estado deveria ser estabelecida de forma que cumpra o papel de garantia da obediência. E isso porque “Da primeira a última página do livro de 1651, ele denuncia a maneira como o clero controla as opiniões dos súditos, com a intenção de aumentar o poder da igreja em detrimento do poder civil” (FRATESCHI, 2003, p. 97). Ações dessa natureza distorcida fizeram com que a revolução inglesa culminasse em uma negação da Igreja e do próprio governante, tendendo a população ao parlamento, portanto, pode-se dizer que o *Leviatã* foi a tentativa de Hobbes de demonstrar seu desejo de que suas ideias deveriam ser as únicas verdadeiras fontes de verdade nos assuntos de política (FRATESCHI, 2003, 97).

Dessa forma, pode-se compreender a obra como uma proposição de funcionamento estatal que sane os problemas que o autor enxergara antes de 1651. Interpretativamente, uma de suas observações é a de que a retórica dos homens que manifestavam nas ruas de Londres logo antes da revolução fizeram com que a população optasse pelos ideais parlamentares. Assim, para garantir que os súditos não desrespeitassem o pacto é necessária uma maneira de eloquência capaz de assegurar a obediência civil, e a hipótese é que a proposição de Hobbes foi a religião.

Faz-se necessário, portanto, debruçar esforços sobre o papel da religião na política hobbesiana, assim como sobre o conceito de fé e sua relação com duas expressões relacionáveis que o autor expõe, a de “cativeiro do entendimento” e a de “pílulas salutares”. Ambas serão analisadas como componentes úteis para a compreensão da fé e da retórica religiosa em relação com a razão, tudo para que no fim possa-se propor uma compreensão acerca de como se dão os contornos da Igreja e Estado, Fé e razão e política e retórica.

### **3. Retórica religiosa e dualidade estatal**

#### **3.1 A República Cristã como entidade**

Anteriormente foi possível averiguar a mudança de perspectiva de Hobbes perante a retórica, e relacionar seu uso no *Leviatã* como a interpretação de instrumentalização da mesma. A finalidade de aderir aos princípios humanistas na obra se dá a um fraco poderio da ciência em comparação à eloquência. O maior dos poderes apresentados por Hobbes, como visto, é o da opinião da maioria, e o modo de conquista-lo foi interpretado como a plena garantia da obediência civil.

Este ponto se faz importante porque a obediência civil seria a execução da própria instrumentalização da retórica, com a finalidade de assegurar, ou conquistar, a opinião dos súditos. É através da opinião que derivam as ações, portanto, com a operacionalização das opiniões o Soberano garante o cumprimento do pacto. Parafraseando Frateschi, as opiniões são as responsáveis pela determinação das paixões, que por sua vez no final do processo de deliberação resultam na vontade, e o anseio da última culmina na ação<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> FRATESCHI, Yara. *A retórica na filosofia política de Thomas Hobbes*. Revista Filosofia Política (UFRGS), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. 6, série 3, p. 97

A ação, portanto, deriva da vontade do indivíduo de exercer ou não algo, consequentemente, é produto da opinião que, por sua vez, tem origem nas paixões. Isso porque a decisão e a origem das vontades dependem do que o indivíduo acredita como bem, mal, recompensa, castigo e a partir daí formulam-se suas opiniões. A hipótese a ser trabalhada é que a forma de garantia de dominação das opiniões dos súditos, por sua vez da própria obediência, é a religião, exercida através da fé e em forma de ato racional.

Para adentrar mais a fundo na discussão, se faz necessário compreender os contornos da relação de Hobbes com a religião no *Leviatã*. A esfera é trabalhada nas duas últimas partes da obra, sendo a terceira intitulada “Da República Cristã” e a quarta “Do Reino das Trevas”. Logo na nomenclatura é possível observar a forma de analisar a atuação religiosa não como uma crença, mas sim como uma instituição política.

O capítulo XXXII “Princípios da Política Cristã” é o que dá início à discussão, e explana uma constatação deveras relevante, a de que o estudo da política cristã é, e deve ser, diferente do estudo da política dos homens. Isso se aplica pela diferenciação analítica de um meio exclusivamente social e factual, de homens, para com o meio religioso, em que existem profecias e milagres a serem levados em consideração. Hobbes ainda reafirma o argumento com a fala de que é inapropriado o uso da “razão natural” do indivíduo na tentativa de justificar ações do Reino de Deus, visto que a razão só existe porque Deus a criou e a proporcionou aos homens.

Dessa forma, e por outras a serem citadas, é impossível contradizer a palavra de Deus, o que significa que qualquer ‘erro’ ou ‘confusão’ é somente culpa da má interpretação da palavra ou a falta de cálculo racional dos indivíduos. Consequentemente, é uma falha procurar uma verdade filosófica na lógica divina. O que resta para os indivíduos é a aceitação, todavia, isso não significa um processo de retrocesso racional, em que



os indivíduos submetem-se às lógicas religiosas e à palavra divina abdicando de seu próprio raciocínio, como pode parecer.

A definição real é uma adequação à enunciação sagrada e o respeito da obediência civil. Hobbes justifica tal afirmativa a partir de um apelo à abordagem das vontades, que são determinadas de forma empírica e que são definidas pela experiência, ou seja, as vontades não exercem o papel de definição, elas são reflexos das experiências do indivíduo e ao mesmo tempo que representam o último apetite na deliberação. Vontades são, portanto, um produto do cálculo das paixões, assim volta-se à reflexão de Frateschi que aponta as ações como fruto das vontades, e essas vontades como consequência das opiniões, para de certa forma confirmar a compreensão do trecho.

A adequação à enunciação sagrada pode ser vista como uma ação formadora de opiniões e um reflexo da obediência civil, neste caso, em forma de obediência a Deus. O filósofo ainda complementa que ao submeter seu cálculo racional às lógicas religiosas, evita-se a contradição com a palavra de Deus, e a garantia do comportamento de modo ordenado por ele. O indivíduo que o faz está em um estado de submissão relacionado à obediência devida, aqui interpretada como a civil em forma de religião, ou então “localizado no cativeiro de seu entendimento”.

O termo será melhor trabalhado no decorrer deste trabalho, mas estar neste estado e confiar na palavra divina são dois aspectos responsáveis pela formação da crença. A atribuição do que seria a palavra divina deriva da relação dos súditos com o Profeta. Para Hobbes, a figura é a porta entre o Divino e o que está no mundo, possuindo uma relação com os súditos da igreja que representa um fundamento da política cristã, sendo ela seu alicerce e sua maior indagação. A dúvida referente advém da veracidade do discurso profético e também das provas proporcionadas e, em casos, não apresentadas.

A temática é alvo de investigação do filósofo, afirmando que “Quando Deus fala ao homem, tem que ser ou imediatamente ou pela mediação de outro homem, ao qual ele próprio haja antes falado imediatamente. ”(HOBBS, 2003, p.314). Embora que para alguns a discussão acerca dessa afirmação soe obsoleta, ela é, em síntese, uma das geradoras de distorções no pensamento cristão.

As possíveis alterações, ou distúrbios, na compreensão se dão pela já citada dúvida em relação a quem é capaz de transmitir a palavra divina e quem não é, diferente de quando é lida nas Sagradas Escrituras, que não possui meios de contra argumentação. Hobbes disserta sobre esse tema e afirma que é tratado como excêntrico aquele que clama ser a mediação de Deus na terra.

Isso porque é improvável convencer alguém, com argumentos, que é realmente quem o Soberano Cristão escolheu para transmitir suas vontades, ordens e direcionamentos. Deduz-se, portanto, que o enunciador possui uma alta estima de si a ponto de crer que é um destaque digno de tal honra. E de fato, “Porque, sendo um homem, pode estar enganado e, o que é mais, pode estar mentindo” (HOBBS, 2003, p.316).

Há por conseguinte, a dúvida de em quem depositar a fé como transmissor da palavra divina. O questionamento é amplamente apresentado por Hobbes como factível e relevante, e para explicar isso ele cita textos bíblicos que enaltecem sua frase, que mesmo não sendo objeto de análise deste trabalho, é necessário observar as comparações para compreender a dimensão do reino de Deus. A passagem presente em I Reis é uma das primeiras, enfatizando que dentre 400 homens que se diziam profetas, apenas 1, Micaías, era verdadeiro, além da enganação aplicada a Aías por outro profeta, sendo que ambos são ditos nas escrituras como verdadeiros. Complementa a dúvida com o último caso, argumentando que se um profeta é capaz de persuadir outro, como é possível identifica-

los?

Ao que respondo, baseado nas Sagradas Escrituras, que há dois sinais que em conjunto, mas não separadamente, permitem identificar o verdadeiro profeta. Um deles é a realização de milagres; o outro é não ensinar nenhuma religião que não a já oficial. (HOBBS, 2003, p.316)

Com o trecho, pode-se entender que milagres não são suficientes individualmente para caracterizar um indivíduo como profeta. Para sustentar essa afirmação, Hobbes utiliza Deuteronômio ao salientar que pelas próprias palavras de Deus entende-se não somente que milagres não são suficientes, como o que deve ser observado é o modo, de certa forma o grau, de constância e dedicação ao Soberano Divino. E que por mais majestosas que sejam as ações milagrosas, se alguma delas causar revolta contra Deus ou contra quem governa em seu benefício, o Soberano, aquele que o realizou tem o objetivo de danificar a fidelidade dos súditos. Assim, não só não se classifica como profeta, mas também está fugindo da obediência religiosa e da obediência civil, tornando-se passível de punição.

Hobbes cita Moisés como o intermédio que Deus utilizava para governar seu povo após ter sido proclamado Rei no monte Sinai, e também de Cristo, que fora aguardado pelos judeus como o que seria seu Rei direto; embora fora rejeitado quando surgiu, e aconselhou sobre os milagres serem perigosos se fossem a única distinção do profeta para um mentiroso. Isso tudo para reforçar que a vinda de ações formidáveis não significa a veracidade do então dito profeta ou de suas intenções para com os súditos.

Além de que não se pode acreditar em um profeta que causa milagres contra a confiança na Soberania, tanto divina quanto civil, também não se pode confiar em um

que prega a religião verdadeira, mas não realiza nenhum milagre. Na interpretação do autor, e de acordo com ele nas palavras de Deus, é sempre um conjunto de ações milagrosas e pregação da palavra divina que configura um profeta como verdadeiro. Entretanto, uma nova dúvida surge, como saber se um milagre é verdadeiro, visto que o indivíduo pode profetizar palavras que demorarão a acontecer. A resposta é que o milagre deve ser quase imediato.

Fica assim manifesto que o ensino da religião estabelecida por Deus, juntamente com a realização imediata de um milagre, foram os únicos sinais aceitos pelas Escrituras como próprios de um verdadeiro profeta, quer dizer, como impondo o reconhecimento de uma revelação imediata, e que nenhum deles por si só é suficiente para obrigar alguém a aceitar o que ele diz. (HOBBS, 2003, p.318).

Em suma, a partir do momento em que não se produzam mais milagres, não há uma validação plausível das intenções dos indivíduos, cessando, portanto, os Profetas. Em seu lugar, após a vinda de Cristo, como posto pelo autor, há a substituição das profecias pelas Sagradas Escrituras como fonte de pesquisa, doutrina, entendimento e inspiração para a fé.

Ao retomar um dos trechos citados pode-se compreender outro ponto importante da discussão, mais especificamente que um dos dois sinais de identificação do profeta é o de “não ensinar nenhuma religião que não a já oficial” (HOBBS, 2003, p.316). Este excerto é decisivo por identificar a preocupação do autor com a submissão da Igreja, e do discurso religioso, ao Estado. Faz ao explicar que a religião que deve ser seguida é sempre a oficial, ou seja, a escolhida pelo Soberano.

### 3.2 Hierarquia entre Estado e Igreja

Convém abordar o capítulo XVIII do *Leviatã*, onde Hobbes confirma sua visão de uma Igreja submissa ao decretar que os súditos não podem justificar sua discordância e desobediência para com o Soberano civil através de sua crença a Deus. E isso se dá pela já citada importância das Sagradas Escrituras como única fonte de fé. A obediência civil dos súditos é devida ao Soberano absoluto, portanto, cabe a ele a palavra final acerca da interpretação das Escrituras.

Caso haja uma primazia ao pacto religioso a soberania civil seria afetada negativamente, pois, “não há pacto com Deus a não ser pela mediação de algum corpo que represente a pessoa de Deus, e disso somente é capaz o lugar-tenente de Deus, o detentor da soberania abaixo de Deus”. Isso significaria dar a este corpo a igualdade perante o Soberano civil advindo do pacto que tirou os súditos do Estado de Natureza, e caso esse cenário ocorra, os súditos estarão divididos entre dois pactos, com isso, descumprindo o civil e retornando à guerra de todos contra todos.

Pode-se observar que a dualidade estatal de poder da Igreja e poder do Soberano civil em torno dos súditos e da obediência civil é prejudicial para Hobbes. Assim, convém averiguar qual foi a observação de quem estudou a época, um dos maiores nomes é o de Ernest Kantorowicz, cuja obra *Os Dois Corpos do Rei* ressalta a relação entre a Igreja e o Estado de forma intrínseca, valorizando a combinação de ambas a partir do duplo corpo, o místico e religioso, e o racional e político.

O historiador compreende a determinação da Soberania, ou do Rei, como um equilíbrio entre as duas cabeças, a política e a religiosa. O Rei, portanto, possui dois corpos e deve exercer a atuação de ambos através do patriotismo religioso e legal a fim de manter

e garantir as próximas gerações da soberania, pois o corpo legal e racional serve de morada para o corpo divino, e o último é passado de Rei para Rei após a morte.

Sob a *pontificalis maiestas* do papa, que era chamado também “Príncipe” e “Verdadeiro Imperador”, o aparelho hierárquico da Igreja Romana tendia a tornar-se o protótipo perfeito de uma monarquia absoluta e racional sobre uma base mística, enquanto, ao mesmo tempo, o Estado apresentava cada vez mais uma tendência a tornar-se uma quase Igreja ou uma corporação mística em uma base racional. (KANTOROWICZ, 1998, p.125)

Compreende-se que a dualidade estatal observada por Kantorowicz é não só benéfica, mas essencial, visto que a religião é tratada como primórdio do Rei, princípio desse do qual ele não pode, e nem deve, se desvincular. O historiador busca analisar a Inglaterra e apresentar a dinâmica instaurada, porém, ao confrontar a exposição com Hobbes, vê-se que o filósofo busca propor uma alternativa à revolução e um Estado civil que efetivamente solucione a dinâmica social e religiosa. Em suma, enquanto Kantorowicz tenta explicar a história, Hobbes procura apresentar uma via de solução ideal, portanto, em contraste com a realidade que levou a Inglaterra à guerra civil, propõe a submissão da Igreja perante o Estado soberano.

Outro caso que retrata a visão hobbesiana do assunto é ao destacar que quando um Rei só pode receber autoridade perante a coroação feita por um Bispo, é o último que passa a ser o Soberano<sup>30</sup>. Assim, o poder absoluto da soberania teria um efeito sobre os súditos, enquanto o poder do Bispo, aquele que deu ao Soberano a soberania, transfere-se para a Igreja e exerce outro efeito. E essa divisão não é benéfica para a sociedade civil,

---

<sup>30</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.508

ela gera a dúvida quanto a obediência e dá à Igreja um poder de influência igual ou maior do que o do próprio Soberano civil.

Isso significa, na melhor das hipóteses, que o Estado está sob a tutela de dois soberanos, e na pior, está sob o poder do bispo e, portanto, da Igreja, o que é inadmissível do ponto de vista da constituição do poder e da manutenção da paz. Assim, as opiniões dos súditos podem se inclinar tanto para um lado quanto para o outro, visto que, nesse caso, não existe quem possa arbitrar de modo absoluto (SILVA, 2013, p. 153)

Essa divisão de poder para Hobbes não traz benefício algum, só perturba a garantia do Soberano perante a obediência civil. No caso exposto por Kantorowicz, a dualidade é como uma característica essencial, como pode-se observar a seguir.

O que importa aqui é apenas a *persona mixta* na esfera político-religiosa, onde era representada principalmente pelo bispo e o rei, e onde a “mistura” referencia-se à mescla de poderes e faculdades espirituais e seculares unidas em uma só pessoa”. (KANTOROWICZ, 1998, p. 49)

Mesmo trabalhando em momentos diferentes, com Kantorowicz anos no futuro, pode-se traçar um paralelo entre a visão hobbesiana e a retratação do historiador, e a proposta neste caso é que Hobbes aborda a dualidade estatal como uma verticalização da igualdade que Kantorowicz observa. Os dois corpos do rei não devem ser trabalhados igualmente, mas como uma submissão da faculdade religiosa à política, através da obediência civil.

Uma vez que o Soberano é visto como “O personificador perfeito de Cristo na terra. Uma vez que o modelo divino do rei é ao mesmo tempo Deus e homem” (KANTOROWICZ, p. 56), não necessariamente os corpos devem ser igualados. A visão do Rei como o representante de Deus na terra, interpretativamente em Hobbes, não é mais do

que uma convenção vantajosa para garantir a obediência. A religião deve ser submissa às vontades da soberania e servir de instrumento para convencer os súditos de que as ações, leis e regras estão de acordo com o pacto.

No contexto em que Hobbes escreve evidencia-se ainda mais a participação da Igreja na obediência civil. A fim de compreender melhor o período histórico em que a Inglaterra estava inserida e como se relaciona com o tema, convém abordar Christopher Hill, historiador britânico, que em sua obra *O Mundo de Ponta Cabeça: Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640* (1987) debruça sobre a temática.

A primeira constatação passível de compreensão na obra de Hill (1987) é de que a época foi marcada por mobilização severa e por mudanças e adaptações culturais constantes. Dentre elas, houve a abolição dos tribunais eclesiásticos e da censura, o que fez com que o povo tivesse liberdade para expor quaisquer ideias que fossem e também de promover qualquer iniciativa através da mídia da época. Sendo este último um evento que realmente aconteceu com publicações de deputados de oposição, petições organizadas, manifestações e afins.

Dessa forma, a consequência direta foi que a população teve uma participação grande nas eleições de 1640, e a representação da opinião pública outrora limitada serviu a favor do parlamento, assim “Esse pano de fundo de insubordinação social naturalmente influenciou os proprietários, quando tiveram de escolher entre o rei ou o Parlamento, ao deflagrar-se a guerra civil” (HILL, 1987, p. 40).

Além da influência das tensões sociais, Hill ressaltava também o fenômeno que nomeou de “heresia da classe inferior”, que era a negação de vários dogmas e princípios da Igreja, dissipado por uma “tradição plebeia” de anticlericalismo e irreligião. Uma das doutrinas, a exemplo, era de que crianças não deveriam ser batizadas, com o argumento



de que a recepção na Igreja deveria ser um ato voluntário tomado por adultos. Isso claramente ia contra o conceito de Igreja nacional, também contra os ideais hobbesianos que serão trabalhados em seguida, e subvertia a participação religiosa na “formação de congregações voluntárias por aqueles que acreditavam ser eleitos” (HILL, 1987, p. 40).

Houve, portanto, certa impopularidade da Igreja oficial que somada ao desenvolvimento da Grande Reclamação em 1641 e à abolição do episcopado no mesmo ano, resultou no povo reverenciando a Câmara dos Comuns, introduzindo as pessoas comuns na ação política. O ódio perante a Igreja passou por quebras de esculturas e imagens, arrancamento das divisórias de altares, e chegou a um reflexo das tensões sociais nas escrituras e dogmas. O povo associou a imagem da Igreja oficial com a do Clero e realeza com benefícios e vantagens e voltou seus olhos para a afirmação de que os nobres e pessoas de maior significância eram traidores da causa de Deus<sup>31</sup>.

Dessa forma, quando Christopher Feake declarou, em 1646, que a monarquia e a aristocracia eram "inimigas de Cristo", o que disse não era uma inovação audaciosa, porém apenas um desenvolvimento de doutrinas já conhecidas. Havia, então, uma longa tradição popular de ceticismo materialista e de anticlericalismo; havia a tradição familista, segundo a qual Cristo estava presente em cada fiel; havia a tradição separatista de oposição a uma Igreja oficial, aos dízimos que sustentavam os seus ministros e ao sistema de clientela que assegurava à classe dominante o direito de nomear sacerdotes (HILL, 1987, p. 51)

O que se pode compreender das constatações de Hill (1987) é que a participação do povo na política dentro de um contexto de abertura da censura e livre proliferação de ideais contrastantes culminou em uma série de vertentes antirreligiosas e principalmente

---

<sup>31</sup> Hill, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51.

contra o rei. Ao levar a discussão a Hobbes, parece que tais acontecimentos intensificaram a preocupação do autor com o controle da opinião dos súditos e com sua participação na política de forma direta. No caso exposto, “os homens comuns foram persuadidos a apoiar o parlamento contra o rei com argumentos que aproximavam a causa parlamentar da causa de Deus” (FRATESCHI, 2003, p. 104)

Agora, com o objetivo de relacionar essa dinâmica de Kantorowicz e a contextualização trazida por Hill com Hobbes, podem ser apresentados argumentos derivados na quarta parte do *Leviatã*, *Do Reino das Trevas*, ao tratar dos Direitos do Reino de Deus e sua relação com os súditos. Utilizando as Sagradas Escrituras, cuja evidência de serem as únicas fontes confiáveis de crença, e utilizando somente a interpretação do Soberano, apresenta Abraão como o representante real de Deus e deriva três aspectos importantes.

O primeiro deles é que a quem Deus não falou diretamente possui o dever cristão de receber as ordens positivas divinas através de seu Soberano, sendo os descendentes de Abraão uma analogia pertinente. O segundo ponto demonstra que não era ilegítimo Abraão punir seus súditos que apresentavam opiniões contrárias com a sua, exercendo em seu ambiente familiar e religioso o mesmo papel que o Soberano exerce no Estado civil. Por último advém que ninguém além do Soberano Cristão pode dizer o que é e o que não é a palavra de Deus, assim como na República o Soberano é o único que pode interpretar o que Deus disse. E é a partir desses três princípios que Hobbes aponta que se criou o Reino de Deus.

Ao tratar de Moisés descreve que este não possuía autoridade hierárquica direta de Abraão para poder guiar o Povo de Israel, porém mesmo assim o povo o seguia. Isso se dá mediante seu contrato com Deus e a crença dos súditos de que Moisés era o representante divino, todavia, seu poder é dependente apenas da crença do povo e não possuía

origem na palavra de Deus, como Abraão. Portanto, pode-se traçar o paralelo de que Moisés era como o Soberano da sociedade civil, visto que seu poder derivava do mesmo princípio da República, “o consentimento do povo e a promessa de lhe obedecer” (HOBBS, 2003, p. 396).

Assim, Moisés possuía o maior dos poderes, o da maioria, e evidencia-se novamente o foco na obediência civil e a influência sobre os súditos como um dever de garantia do Soberano. Assim, ele seria analogamente o Soberano civil, enquanto Abraão seria o recurso religioso que não possui o maior dos poderes, mas possui a eloquência do discurso da Igreja que é capaz de garanti-lo e deve ser submisso ao Soberano. Estes argumentos de Hobbes de certa forma sustentam a ideia de que Hobbes via a relação de Igreja e Estado de forma mais verticalizada do que Kantorowicz iria observar anos depois.

A submissão da Igreja não é com viés de rejeição da fé ou da religião, mas como a instrumentalização da retórica religiosa em sua maior forma. E é necessária pois o Soberano, como já trabalhado, necessita do maior dos poderes junto ao poder político absoluto, assim como Moisés, e ele é adquirido através da influência que tem nos súditos, ou seja, convém que a religião seja o maior meio de dissipação da obediência civil. Assim, a instrumentalização passa a não ser da eloquência geral, mas também uma instrumentalização da religião e da fé a fim de convencer o público.

A preocupação de Hobbes durante a revolução inglesa são transcritas ao *Leviatã* em forma de afirmação de que a ordem de hierarquia do Estado e da Igreja deve ser vertical. A justificativa se encontra na analogia anterior, e também nos acontecimentos da década de 1640, ou seja, o filósofo enxerga que é necessário que haja uma instrumentalização da religião com o objetivo de dominar a opinião pública porque, caso não haja, outras revoltas surgirão. E, junto a elas, surgirão propagadores de eloquências distintas que prejudicam a sociedade civil ao manipularem os súditos contra a soberania vigente,

que em última instância cai novamente ao princípio inicial da discussão, o retorno ao estado de natureza.

Assim, pode-se compreender que a relação entre Igreja e Estado apresentada por Hobbes é sempre pensando em como ela irá beneficiar o pacto, obviamente, mas também demonstra uma cicatriz do autor com os acontecimentos históricos. Em um primeiro objetivo, foram trabalhadas as passagens de Hobbes por vertentes de pensamento utilizando Skinner, e a intenção era demonstrar que Hobbes sai de um cientificismo extremo, negando a retórica, para uma aquisição de eloquência e valorização do discurso retórico no *Leviatã*. De certa forma pode-se afirmar que a revolução inglesa e o fato do autor ter presenciado as consequências de uma dominação da opinião pública através do discurso tenha feito com que ele achasse pertinente abordar isso na construção do conceito de soberania e Estado civil.

O que resta, portanto, é compreender como essa submissão da religião em formato de retórica se comporta em relação à política, além de discutir como a eloquência religiosa é trabalhada por Hobbes, e tudo com o objetivo de compreender a dinâmica entre razão do Estado Civil e fé da Igreja nos súditos.

#### **4. Razão e fé como tradução da relação entre política e religião**

##### **4.1 Obediência civil e o discurso religioso**

Ao mobilizar o uso da retórica dentro do *Leviatã*, via religião e por meio da Igreja, pode-se interpretar que Hobbes admite a convivência entre a razão e a eloquência como a forma mais eficiente de exercer o poder soberano com vistas à manutenção da paz e garantia do pacto. Esta constatação baseia-se na série de exposições e proposições interpretativas realizadas neste trabalho, desde o conflito entre retórica e ciência em Hobbes até a instrumentalização da primeira em forma de discurso religioso.

A convergência entre as temáticas se estabelece ao apresentar como benéfico utilizar a religião como um alicerce para a distribuição do discurso Soberano dentre os súditos, sendo assim, a retórica auxilia a razão do pacto, que se concretiza através das leis e normas atribuídas pela soberania. Assim, a discussão flui naturalmente para uma relação fundamental da temática, a de razão, traduzida como a expressão do cálculo lógico, e fé, implicitamente disposta na obra e como uma tradução da expressão religiosa. De início, a razão para Hobbes é um cálculo característico dos indivíduos, que o fazem através de proposições combinadas em nomes que se encontram em silogismos.

Pois razão, neste sentido, nada mais é do que cálculo (isto é, adição e subtração) das consequências de nomes gerais estabelecidos para marcar e significar os nossos pensamentos. Digo marcar quando calculamos para nós próprios e significar quando demonstramos ou aprovamos os nossos cálculos para os outros homens (HOBBS, 2003, p. 40)

O autor trata melhor sobre o conceito da “razão natural” ao falar da linguagem no capítulo IV “Da Linguagem”, sendo ela a mais nobre e útil das invenções já feitas. Isso se dá porque Hobbes observa a razão através do cálculo das consequências, como citado, e na prática isso significa construir matematicamente as combinações de nomes, que nada mais são do que marcas ou notas de lembrança de um objeto, situação ou indivíduo em específico. A combinação consiste em uma ordem, primeiramente há o registro do que descobre-se ser a causa de alguma coisa, em seguida mostra-se os conhecimentos que foram atingidos para então passar aos outros indivíduos as vontades e objetivos formulados de início.

Isso é importante porque, para o autor, a mobilização do cálculo racional via linguagem é o que dá significância moral para tudo. Não existe verdadeiro, falso, bom ou ruim em nada, essas são características dadas pelos indivíduos através da última parte da

ordem, a de passar a outros indivíduos o conhecimento. Nessa etapa há a atribuição de um viés individual e mesmo que racional, não significa que é real e nem irreal, pois:

Se não existir linguagem, não há nem verdade nem falsidade. Pode haver erro, como quando esperamos algo que não acontecerá ou quando suspeitamos algo que não aconteceu. Mas em nenhum destes casos se pode acusar um homem de inveracidade. (HOBBS, 2003, p. 34)

Dessa forma, a definição de nomes como primeiro passo se faz importante porque é o que caracteriza a capacidade de passagem de conhecimento e “aquisição da ciência”, pois as palavras, parafraseando Hobbes, são os calculadores dos sábios e ao mesmo tempo a moeda dos loucos. Neste ponto compreende-se que a ordenação dos nomes e junção das palavras dá significado à linguagem e também atribui um significado à natureza, ou realidade, estritamente realizado pelo cálculo racional do indivíduo e, em seguida é passado a outros.

Quando um homem recebe essa passagem, ou ouve a qualquer discurso, exerce pensamentos em torno do significado das palavras do que ouviu e individualmente faz conexões ordenadas e constituídas a partir das ordenações daquele que o fala. É daí que Hobbes deriva o “entendimento” como não outra coisa senão uma concepção, ou compreensão, causada pelo discurso de outrem e interpretada pelo cálculo individual<sup>32</sup>.

Em retomada, o raciocínio nada mais é do que a soma e subtração de parcelas que, com auxílio de uma ordenação metodológica, culminam em nomes, e as asserções feitas pela conexão dos últimos são os silogismos, e o conhecimento das consequências de nomes pertencentes a um assunto é a ciência<sup>33</sup>. Assim, interpreta-se desde a definição

---

<sup>32</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 37

<sup>33</sup> HOBBS, Thomas. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 44

da ciência que a forma com que ela é apresentada afeta a compreensão, pois a “aquisição da ciência” depende de quem a enuncia e de quem a absorve para construir um entendimento.

Compreender estes conceitos fundamentais é um fator essencial para a relação entre razão e fé, visto que a ciência e o cálculo racional são as bases de construção da sociedade civil do pacto. Bem como um instrumento dos indivíduos, que por meio dos cálculos, busca a satisfação que o pacto dá de saída do estado de natureza. Quando observada no espectro do Soberano, a razão calculadora relaciona-se com a retórica para alcançar fins políticos de paz e segurança.

Isso pode ser averiguado ao retomar o capítulo XXXII, no qual Hobbes nega a possibilidade de contradizer Deus, e afirma que se houver algo errado é devido a uma falha interpretativa do próprio raciocínio individual. Assim, Hobbes sugere que a solução é limitar-se às palavras das escrituras e propõe um conceito já citado, o do cativo do entendimento.

Mas o cativo do nosso entendimento não deve ser interpretado como uma submissão da faculdade intelectual à opinião de outrem, e *sim à vontade de obedecer*, quando a obediência é devida. Porque os sentidos, a memória, o entendimento, a razão e a opinião não podem por nós ser mudados à vontade, pois são sempre necessariamente tais como no-los sugerem as coisas que vemos, ouvimos e consideramos. Não são portanto efeitos da nossa vontade, é a nossa vontade que é efeito deles. Cativamos o nosso entendimento e a nossa razão quando evitamos a contradição, quando falamos da maneira como a legítima autoridade nos ordena, e quando vivemos de tal maneira. *Em suma, trata-se de confiança e fé, que depositamos naquele que fala* embora o espírito seja capaz de conceber qualquer espécie de noção a partir das palavras proferidas (HOBBS, 2003, p. 314. Grifo meu).

Pode-se observar que Hobbes, no trecho, separa a submissão à “opinião de outrem” da “vontade de obedecer”, e isso porque cativar o entendimento não significa submeter-se puramente à opinião de um qualquer, mas submeter-se àquele que possui a legitimidade, no caso o Soberano. A vontade, como já trabalhado anteriormente com base em Frateschi e reafirmado por Hobbes, é produto do que se vê, ouve e considera, portanto, a legitimidade do soberano pode ser vista como uma forma de demonstrar a “confiança e fé” no produto do pacto. E é por isso que há uma justificativa para cativar o entendimento, e a proposta deste trabalho é apresentar essa expressão como síntese entre fé e razão na obra.

Ao analisa-la, com base em suas aparições dentro do *Leviatã*, pode-se interpretar que o cativo do entendimento é o ato de restringir o cálculo racional a fim de cumprir o pacto. E como destacado, não é restrição forçada ou imposta, é produto da vontade dos súditos de permanecerem no pacto, fora do estado de natureza, porque o Soberano é a figura legitimada que garantirá a paz. Porém, ao relacionar o trecho à dinâmica da religião e da obediência civil, deriva-se uma segunda análise do termo, esta que por sua vez é complementar ao conceito de fé.

## **4.2 Os termos que definem a Fé**

Em poucas palavras pode-se definir que o cativo do entendimento é o exercício da fé religiosa traduzida em comportamento político que respeita o cálculo racional. Considerando que o cativo seja a restrição da capacidade racional, pode-se dizer que se relaciona à afirmação de Hobbes do capítulo XXXII de que deve-se delimitar às palavras divinas para compreensão de Deus, e não exercer um esforço desnecessário de peneirar uma verdade por intermédio da lógica, cálculo. Isso porque a República Cristã difere-se no ponto em que a razão foi dada aos homens por Deus, portanto, como “não são para



serem envoltos no manto de uma fé implícita, mas para serem usados na busca de justiça, da paz e da verdadeira religião” (HOBBS, 2003, p. 314).

A cativação, no sentido de prisão, da faculdade racional é um exercício válido e necessário porque as coisas derivadas de Deus não se aplicam a regras da ciência natural. Assim, o cativo do entendimento é produto da vontade do indivíduo de buscar a verdadeira religião e aproximar-se da sua fé. A fé por si só não possui atribuição formal na obra, entretanto, ao falar da expressão analisada, ela se estabelece como o que evita a contradição dos súditos e os guia a falar e viver de maneira que esteja de acordo com as ordens de sua autoridade legítima.

Aqui estabelece-se a principal contribuição deste trabalho, a interpretação de que a fé encontra sua legitimação no domínio da obediência civil pelo Soberano por intermédio da religião, sem desrespeitar o cálculo racional. Ela é o centro de toda retórica religiosa e a aplicação da mesma, o produto a Política Cristã e o significado da instrumentalização da retórica no *Leviatã*. O que complementa esta afirmação pode ser visto na segunda expressão utilizada por Hobbes e alvo de análise, a das “pílulas salutare”. Isso porque quando trata do cativo do entendimento e da distinção entre a política dos homens e a política divina, chama aquilo que não é passível de compreensão racional de “mistérios”.

[...] com os mistérios da nossa religião se passa o mesmo que com as *pílulas salutare* para os doentes, que quando são engolidas inteiras têm a virtude de curar, mas quando mastigadas voltam na sua maior parte a ser cuspidas sem nenhum efeito (HOBBS, 2003, p. 314 Grifo meu)

A analogia das pílulas salutarens envolve que se forem engolidas por inteiro, trazem benefícios, porém se forem mastigadas voltam a ser cuspidas sem efeito algum. A interpretação aqui é de que elas representam como a retórica religiosa deve ser absorvida pelos súditos. A cura obtida ao engoli-las por completo seria o respaldo de Deus aos homens, neste caso com tudo que há nas escrituras em que para aquele que segue a verdadeira religião há o céu e a vida eterna, coisas que o Soberano Civil é incapaz de prover. Assim, os “mistérios da nossa religião”, ou seja, aquilo que não se pode provar ou que não se pode nem entender através da lógica, devem ser “engolidos por inteiro”. Não cabe aos súditos “mastigar” os mistérios, cabe a eles aceitá-los por inteiro. Essa aceitação serve como cura aos súditos que aderem o cativo do entendimento e a religião em si.

A religião, neste caso, cumpre o papel de alicerce de segurança e esperança para os súditos, ao mesmo tempo que politicamente serve de dominação da obediência civil para o Soberano. Agora, caso sejam mastigadas e voltarem a serem cuspidas sem nenhum efeito refere-se ao estudo da religião utilizando a lógica, já alertado por Hobbes como ineficaz nesses casos. Aquele que mastigar as pílulas será desviado da verdadeira religião e descumprirá o princípio de não questionar ou contradizer a palavra divina, desobedecendo as regras de Deus e não obtendo o respaldo da cura dada aos que a engolem.

Consequentemente, este também estará descumprindo o pacto, visto que a religião é a expressão da obediência civil do soberano e de suas vontades políticas, e a fé é a submissão da faculdade racional à retórica daquele que foi legitimado pelo pacto. No campo mais abstrato, pode-se dizer também que as pílulas são a metáfora dos benefícios de Deus, visto que a religião cura os indivíduos dos conflitos e das paixões, mesmo que na prática isso aconteça porque estarão seguindo as regras e leis do Estado civil.

A referência às pílulas salutarens não se torna simplesmente uma solução para o conflito interno do indivíduo e sua crença, mas também uma forma de compreender como

Hobbes apresenta a necessidade da obediência e a própria fé. Ao questionar a religião oficial, questiona sua própria fé e se encontra desamparado por Deus e pelo Soberano. O cativo do entendimento, portanto, opera como a salvação para a obediência civil e para a fé de forma racionalmente escolhida visando a manutenção do Estado civil. Em outras palavras, ele é uma submissão da razão à retórica feita através de um cálculo natural do indivíduo mediante manutenção do pacto, ou em termos históricos, de prevenir aquilo que Hobbes observara na revolução de 1641.

A fé é necessária para que haja estabilidade na sociedade civil exposta no *Leviatã* porque, como já dito, ela é instrumentalizada pelo Soberano. Do mesmo modo, a Igreja também deve ser submissa à soberania e suas decisões, e nesse caso o espelhamento de Igreja e Estado, fé e razão, faz com que no fim das contas a instituição religiosa e a fé devem ser submissas ao Soberano e ao cálculo racional que lidera o Estado civil. Assim, política e religião, assim como as dualidades previamente expostas, são como oposições que, para Hobbes, alcançam o arranjo produtivo de sustentar a obediência civil. Cativar o entendimento através do uso de pílulas salutarese se torna a síntese de como o autor enxerga a melhor maneira de alimentar a estrutura do Estado a fim de evitar o descumprimento do pacto.

### **Conclusão Final**

Por fim, diante do apresentado em tópicos anteriores, desde o estudo acerca da passagem de Hobbes pelo humanismo até a exposição de fé e razão parece coerente afirmar que para o filósofo inglês a religião é uma ferramenta conveniente para manter os súditos obedientes. O problema que buscara ser solucionado era a relação entre os contextos de retórica e ciência, Estado e Igreja, fé e razão e como todas essas dualidades se interligavam em apenas duas expressões não explicadas plenamente por Hobbes, o “cativo do entendimento” e as “pílulas salutarese”.

Como exposto, a retórica passou de foco de estudo humanista a um objeto de negação e desprezo por ser uma maneira de manipular a fala e o entendimento do ouvinte a fim de chegar a um ponto específico ou a uma conclusão comum. Essa característica se tornou problemática a partir do princípio de que a ciência, executada através do cálculo racional que utiliza nomes, proposições e consequências para derivar hipóteses, é a forma de se chegar à verdade. A retórica passa a ser, portanto, um recurso daqueles que impedem a ciência de ser passada adiante para a população e por esse motivo deveria ser reprimida.

Entretanto, foi visto que no *Leviatã* a maneira de lidar com ela foi distinta. Hobbes passou a tratar da *ars rethorica*, principalmente da eloquência, como algo relativamente benéfico para a sociedade civil. Este último conceito é o da sociedade pós pacto, sendo esse o acordo entre indivíduos para saírem do Estado de Natureza e chegarem no civil. Quando os homens estão em seu estado primordial, o que acontece é que são tomados por suas paixões e suas ações se tornam majoritariamente instintivas para que possam garantir seus direitos de vida e segurança, afinal, é um contexto de todos contra todos para a sobrevivência.

Dessa forma, não é nem um pouco lógico continuar neste contexto, e é por isso que Hobbes afirma que os indivíduos utilizam do cálculo racional para criarem o pacto e se tornarem indivíduos civis. O acordo é a concessão dos direitos naturais do indivíduo a uma entidade, nomeada Soberano, para que ela seja a responsável por garantir os direitos de todos os seus súditos em nome da paz e segurança. Assim, nasce o conceito de Soberania como a máxima autoridade capaz, e que deve, suprir as necessidades dos súditos controlando suas paixões e manter o Estado, a construção social em que se concentram, seguro e conveniente.

Após o pacto, idealmente, os súditos seriam estritamente seres racionais e viveriam plenamente. Entretanto, as paixões ainda prevalecem de certa forma, e cabe ao Soberano utilizar de seu poderio como entidade proveniente do acordo entre os homens e garantir que eles não voltem ao estado de natureza. É desse ponto que surge o conceito de obediência civil que guia este trabalho. Ele nada mais é do que a obediência dos súditos perante a soberania e o Estado, porém, a garantia do cumprimento que se torna um problema.

No contexto em que Hobbes escreve, observa a Guerra Civil inglesa e como ela chegou até aquele ponto, através da repressão do Rei e da dinastia nacional e a utilização de símbolos como o clero, os nobres e os mais ricos como os causadores de toda a desgraça que culminou sob a população. Esse era o discurso dos parlamentares que queriam derrubar a soberania do Rei e instaurar um parlamento de homens em seu lugar. A forma de espalhar esse pensamento foi através das opiniões dos súditos que foram manipuladas a partir de discursos em praças públicas, denúncias em jornais e mídias.

Neste ponto surgiu o que Johnston chamou de “O problema do Público”<sup>34</sup> (JOHNSTON, 1986, p. 71), que pode ser interpretado como o problema de que as opiniões do público ouvinte estavam sendo distintas das que guiavam o pacto e isso culminou na revolta e adesão ao parlamentarismo. No caso, isso indica uma falha na garantia da obediência civil por parte da soberania, portanto, era preciso uma maneira de manutenção mais assertiva. Outra questão que auxiliou na dissipação da rebelião pela Inglaterra foi a negação da Igreja, que Hill chamou de “heresia da classe inferior” (HILL, 1987, p. 40), e

---

<sup>34</sup> The Problem of the Audience

pode ser definido como o ato dos súditos começarem a rejeitarem a religião como verdadeira e criarem uma variação própria, acusando o clero de propagar a repressão e desigualdade que acusavam ser culpa do Rei.

Com essa contextualização, a proposta desse trabalho era a de afirmar que a forma que Hobbes propõe no *Leviatã* de garantir a obediência civil, e também o motivo para retomar a retórica é a religião. Ela, nessa visão, é a maneira de espalhar a obediência civil em forma de retórica para os súditos, visto que sem a eloquência e a manipulação do discurso a ciência, ou as verdades, não poderiam ser espalhadas. Por isso a ciência é posta como o menor dos poderes, por depender do reconhecimento dos homens (HOBBS, 2003, p. 77) e o maior dos poderes é o da “opinião da maioria” (HOBBS, 2003, p.76), isso nada mais é do que a observação do autor de que sem a eloquência que passa para as pessoas o conhecimento derivado da razão, o produto, a ciência, não possui poder algum.

Assim, a eloquência, retórica, em forma de religião é a solução proposta por Hobbes para que a razão e o pacto sejam passados aos súditos e a obediência seja garantida. A interpretação deste trabalho é que a religião para o autor passa a ser um instrumento de incentivo da obediência, mas para que isso seja possível é necessária a hierarquia entre o Estado e a Igreja. Essa relação entre as duas entidades também pode ser vista no contexto histórico como conturbada, pois a Igreja passou a ser usada contra o próprio Estado, portanto, o que Hobbes afirma é que deve haver uma submissão da instituição religiosa ao Soberano.

Com essa submissão hierárquica, a soberania é capaz de ler as escrituras e definir as interpretações de forma que não prejudique o pacto e que garanta a segurança e a paz. A religião é a cadeia de controle do Soberano sobre as opiniões dos públicos, além de ser o meio responsável por espalhar seus ideais. A questão agora é em torno de como executar

isso, e a resposta está no fato de que a religião oferece aos súditos a única coisa que nem o pacto pode cumprir, a vida eterna e as promessas das escrituras.

Dentre estas últimas e todas as outras debatidas durante o trabalho, chega-se na indagação de por que isso funciona e como os indivíduos, seres racionais e detentores da razão dada por Deus, submetem-se à religião. O proposto aqui é que a motivação é a fé por si só, e tudo que a contorna. Para explicar isso, o trabalho passa pelas expressões citadas anteriormente como um suprimimento para explicar a relação entre fé e razão.

O “cativeiro do entendimento” representa a restrição lógica que o indivíduo racionalmente faz em sua própria capacidade de cálculo a fim de submeter-se aos benefícios da religião. Assim, o cativeiro representa a prisão da faculdade racional do súdito que ele escolhe em nome de possuir a vida eterna prometida pela Igreja e também ao direito de se referir a Deus. Enquanto isso, as “pílulas salutaras” representam a forma com a qual o homem se relaciona com a religião, pois ao engoli-la por inteiro ganha todos os benefícios, mas ao renega-la se torna submisso ao estado de natureza e perde tudo que as escrituras prometem e que Deus proporciona.

Os dois termos, em combinação, são aqui interpretados como formas de definir a fé e demonstrar como ela se relaciona com a razão. Hobbes, um filósofo científicista, recua à retórica e a instrumentaliza em forma de fé a fim de garantir que o Estado civil sobreviva, e para isso é necessário que a religião seja a ferramenta manipulativa que controla as opiniões e ações dos súditos. A Igreja, portanto, nada mais é do que uma instituição servente ao Estado com o objetivo de controlar as ações dos súditos e limitar sua capacidade racional para que os homens manipulados não voltem ao estado de natureza e não sejam dominados por suas paixões. Apesar do caráter absoluto do Soberano e da instrumentalização da instituição que permeia até os dias atuais, tudo que Hobbes queria era realmente propor uma sociedade que viva em paz e segurança.

### **Bibliografia**

Don Paul Abbott. *Eloquence Is Power: Hobbes on the Use and Abuse of Rhetoric*. *Rhetorica: A Journal of the History of Rhetoric* 32, no. 4 (2014): 386-411. Acessado em 18 de Set. de 2020. doi:10.1525/rh.2014.32.4.386.



FRATESCHI, Yara. *A física da política: Hobbes contra Aristóteles*. Campinas: Edunicamp, 2008

\_\_\_\_\_. *A retórica na filosofia política de Thomas Hobbes*. Revista Filosofia Política (UFRGS), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, v. 6, série 3, p. 94-108, 2003.

\_\_\_\_\_. *Liberdade, Cidadania e Ethos Democrático: Estudos Anti-Hobbesianos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2021.

\_\_\_\_\_. *Opinião e obediência civil na filosofia de Hobbes*. 1999. Dissertação (Mestrado em filosofia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 1999.

*Global democracy has another bad year*. The Economist. 2020. Disponível em: <<https://www.economist.com/graphic-detail/2020/01/22/global-democracy-has-another-bad-year>>. Acesso em: 19, de dez. de 2020.

HAMPTON, Jean. *Hobbes and the Social Contract Tradition*. Cambridge University Press: 1987.

HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOBBS, Thomas. *Diálogo entre um Filósofo e um Jurista*. Édipro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Leviathan: or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiastical and Civil*. London: 1651

\_\_\_\_\_. *Os elementos da Lei Natural e Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JOHNSTON, David. *The Rethoric of Leviathan: Thomas Hobbes and the politics of cultural transformation*. Princeton University Press. 1986

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

SILVA, Hélio Alexandre da. *As paixões humanas em Thomas Hobbes: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

\_\_\_\_\_. *Hobbes, Rousseau e a teoria crítica: características e consequências de uma apropriação*. Campinas, SP: 2013.

\_\_\_\_\_. THOMAS HOBBS: POLÍTICA, MEDO E CONFLITOS SOCIAIS. *Cadernos De Ética E Filosofia Política*, 1(30), 2017, 143-164. Recuperado de <<http://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/138747>>

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999

\_\_\_\_\_. *Reason and rhetoric in the philosophy of Hobbes*. Cambridge University Press, 1996.

SORELL, Tom. *Hobbes: The arguments of the Philosophers*. New York: Routledge, 2000

STRAUSS, Leo. *A Filosofia Política de Hobbes: Suas Bases e sua Gênese*. São Paulo: É Realizações, 2016.

\_\_\_\_\_. *The political philosophy of Thomas Hobbes: It's basis and genesis*. Chicago: The University Press of Chicago, 1963.

TAYLOR, A. E. *The ethical doctrine of Hobbes*. Hobbes Studies, Cambridge, Harvard University Press, 1965.